

RELATÓRIO POR PAÍS

Os 27 países da UE para exportadores sul-americanos

O que vale em cada país da UE: idioma, IVA, implementação da NIS2, autoridade de proteção de dados, exigências dos clientes e contatos.

16 DE OUTUBRO DE 2026 · [HTTPS://WWW.MERCOEU.COM](https://www.mercoeu.com)

Conteúdo

1. Um mercado único, 27 países
2. Áustria: o que os clientes austríacos esperam
3. Bélgica: o que os clientes belgas esperam
4. Bulgária: nova no euro, atrasada na NIS2
5. Croácia: a primeira na NIS2
6. Chipre: o que seus clientes esperam
7. Tchéquia: indústria no centro da Europa
8. Dinamarca: o que os clientes esperam dos fornecedores
9. Estônia: o que os clientes esperam dos fornecedores
10. Finlândia: o que os clientes esperam dos fornecedores
11. França: o que os clientes franceses esperam
12. Alemanha: o que os clientes alemães esperam
13. Grécia: o que seus clientes esperam
14. Hungria: mais rígida que a diretiva
15. Irlanda: o que os clientes irlandeses esperam
16. Itália: o que seus clientes esperam lá
17. Letônia: o que os clientes esperam dos fornecedores
18. Lituânia: o que os clientes esperam dos fornecedores
19. Luxemburgo: o que os clientes luxemburgueses esperam
20. Malta: o que os seus clientes esperam
21. Países Baixos: o que os clientes holandeses esperam
22. Polônia: o que os clientes esperam dos fornecedores
23. Portugal: o que os seus clientes esperam
24. Romênia: porta de entrada no Mar Negro
25. Eslováquia: terra de montadoras, com euro
26. Eslovênia: o que os seus clientes esperam
27. Espanha: o que os seus clientes esperam
28. Suécia: o que os clientes esperam dos fornecedores

Informações gerais, sem caráter de consultoria jurídica. Valem os textos oficiais.

PAÍSES DA UE · VISÃO GERAL

Um mercado único, 27 países

Alfândega e legislação de produtos são uniformes na UE. Já o idioma, as alíquotas, os órgãos públicos e o ritmo de adoção de novas leis variam de país para país.

Por que o país do seu cliente importa

Quem envia mercadoria para a UE paga o mesmo imposto de importação em qualquer lugar e cumpre as mesmas regras de produto. O que vale para isso está no guia [Exportar para a UE](#). Um contêiner de café de Huila é desembaraçado em Hamburgo pelas mesmas regras que em Valência.

Depois disso começam as diferenças. Rótulos e manuais geralmente precisam estar no idioma local. O IVA vai de 17 a 27 %. Embalagens são declaradas em cadastros nacionais, e cada país tem seus próprios órgãos de proteção de dados, fiscalização de mercado e cibersegurança.

A diferença fica mais evidente com a [NIS2](#). A diretiva é dirigida aos Estados; só a lei nacional define quem é afetado, onde é preciso se registrar e qual órgão fiscaliza. Alguns países a transpuseram em 2024, outros só em 2026. Espanha, França e Irlanda ainda não tinham aprovado lei no prazo; em julho de 2026, a Comissão os levou ao Tribunal de Justiça da UE, junto com os Países Baixos. Os Países Baixos colocaram sua lei em vigor pouco depois.

Para você, como fornecedor, isso significa: pergunte ao seu cliente com base em qual lei nacional ele está classificado. Disso dependem os prazos de notificação e as comprovações que ele vai colocar no seu contrato. As medidas de segurança pedidas seguem em grande parte o art. 21 da diretiva. Por isso vale reunir as comprovações em um só lugar e reaproveitá-las de um cliente para o outro, por exemplo em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#).

Os 27 países comparados

PAÍS	IDIOMA(S) OFICIAL(IS)	TRANSPOSIÇÃO DA NIS2 (SITUAÇÃO)	ALÍQUOTA PADRÃO DO IVA
Alemanha	alemão	NIS2UmsuCG, desde 06/12/2025	19 %
Áustria	alemão	NISG 2026, desde 01/10/2026	20 %
Bélgica	neerlandês, francês, alemão	lei NIS2 de 26/04/2024, em vigor desde 18/10/2024	21 %

PAÍS	IDIOMA(S) OFICIAL(IS)	TRANSPOSIÇÃO DA NIS2 (SITUAÇÃO)	ALÍQUOTA PADRÃO DO IVA
Bulgária	búlgaro	alteração da lei de cibersegurança, DV nº 17 de 13/02/2026	20 %
Chipre	grego, turco	N. 60(I)/2025, desde 25/04/2025	19 %
Croácia	croata	Zakon o kibernetičkoj sigurnosti (NN 14/2024), desde 15/02/2024	25 %
Dinamarca	dinamarquês	NIS 2-loven (lov nr. 434/2025), desde 01/07/2025	25 %
Eslováquia	eslovaco	reforma 366/2024 Z. z. da Lei 69/2018, desde 01/01/2025	23 %
Eslovênia	esloveno	ZInFV-1, desde 19/06/2025	22 %
Espanha	espanhol	anteprojeto de lei, não aprovado	21 %
Estônia	estoniano	alteração da Küberturvalisuse seadus, desde 01/01/2026	24 %
Finlândia	finlandês, sueco	Kyberturvallisuuslaki 124/2025, desde 08/04/2025	25,5 %
França	francês	projeto de lei no Parlamento, não aprovado	20 %
Grécia	grego	Lei 5160/2024, desde 27/11/2024	24 %
Hungria	húngaro	Lei LXIX/2024, desde 01/01/2025	27 %
Irlanda	irlandês, inglês	projeto de lei em elaboração, não apresentado	23 %
Itália	italiano	D.Lgs. 138/2024, desde 16/10/2024	22 %
Letônia	letão	Nacionālās kibernetikas likums, desde 01/09/2024	21 %
Lituânia	lituano	nova redação da Kibernetinio saugumo įstatymas, desde 18/10/2024	21 %
Luxemburgo	luxemburguês, francês, alemão	lei de 05/05/2026, desde 10/05/2026	17 %
Malta	maltês, inglês	L.N. 71 of 2025, totalmente em vigor desde 23/01/2026	18 %

PAÍS	IDIOMA(S) OFICIAL(IS)	TRANSPOSIÇÃO DA NIS2 (SITUAÇÃO)	ALÍQUOTA PADRÃO DO IVA
Países Baixos	neerlandês	Cyberbeveiligingswet, desde 15/08/2026	21 %
Polônia	polonês	reforma da lei KSC (Dz.U. 2026 poz. 252), desde 03/04/2026	23 %
Portugal	português	Decreto-Lei 125/2025, desde 03/04/2026	23 %
Romênia	romeno	OUG 155/2024, publicada em 31/12/2024, confirmada pela Legea 124/2025	21 %
Suécia	sueco	Cybersäkerhetslag (2025:1506), desde 15/01/2026	25 %
Tchéquia	tcheco	Zákon 264/2025 Sb., desde 01/11/2025	21 %

Na Espanha, além do espanhol, algumas regiões têm outros idiomas oficiais, como o catalão, o basco e o galego. As alíquotas vêm da tabela da Comissão Europeia; alíquotas reduzidas para alimentos e outros produtos não aparecem aqui.

O [Diagnóstico UE](#) gratuito mostra em que ponto a sua empresa está em relação às regras da UE.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Áustria: o que os clientes austríacos esperam

Desde 1º de outubro de 2026 vale na Áustria a nova lei de segurança de redes e sistemas de informação. Muitos clientes austríacos estão se registrando agora e, no mesmo movimento, revisando os contratos com fornecedores.

A Áustria como mercado para a América do Sul

A Áustria não tem saída para o mar. A mercadoria da América do Sul é descarregada em um porto de outro país da UE e chega por trem, caminhão ou barco pelo Danúbio. O desembarço aduaneiro pode acontecer nesse porto ou só na Áustria, conforme o contrato e o agente de carga.

Os clientes austríacos compram na América do Sul sobretudo produtos agrícolas e matérias-primas, como café, frutas, suco concentrado, ração animal e metais. Há também uma indústria forte de máquinas, autopeças e aço, que compra insumos e serviços de engenharia. Muitas dessas empresas são de médio porte e familiares. Quando a relação pessoal funciona, as decisões costumam sair rápido.

Áustria e Alemanha compartilham o idioma e muitos hábitos de compra. Documentos que você preparou para clientes alemães geralmente servem aqui também. A legislação, porém, difere em detalhes.

O que é igual em toda a UE e o que vale na Áustria

Alfândega e regras de produto são as mesmas em toda a UE; o básico está no [guia de exportação](#). O desembarço fica a cargo do Zollamt Österreich, ligado ao Ministério Federal das Finanças.

Idioma: rótulo e informações obrigatórias para o varejo austríaco devem estar em alemão. O regulamento sobre informação dos alimentos ao consumidor (Regulamento (UE) n.º 1169/2011, art. 15) permite que os Estados-Membros exijam seu idioma oficial. Pergunte ao seu importador se um rótulo feito para o mercado alemão também serve para a Áustria.

IVA: a alíquota padrão é de 20 %.

Embalagens: pela Verpackungsverordnung 2014, nas importações quem normalmente tem a obrigação de licenciar as embalagens em um sistema de coleta e reciclagem é o importador austríaco. O fornecedor estrangeiro não precisa nomear um representante para isso. Já vendedores

estrangeiros a distância que entregam diretamente a consumidores na Áustria são obrigados por conta própria. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (Regulamento (UE) 2025/40).

NIS2 na Áustria

A Áustria transpôs a NIS2 com a Netz- und Informationssystemsicherheitsgesetz 2026 (NISG 2026), publicada no BGBl. I Nr. 94/2025 em 23/12/2025. Ela vale desde 01/10/2026. No mesmo dia entrou em vigor a Netz- und Informationssystemsicherheits-Verordnung 2026 (NISV 2026, BGBl. II Nr. 290/2026), que torna o catálogo de medidas do Regulamento de Execução (UE) 2024/2690 a referência para todas as entidades abrangidas.

O órgão responsável é o novo Bundesamt für Cybersicherheit, no Ministério do Interior. Registro e notificação de incidentes passam pelo Unternehmensserviceportal (USP). Segundo a autoridade, o prazo de registro termina em 31/12/2026. Incidentes significativos precisam ser notificados em 24 horas como alerta inicial e em 72 horas com uma primeira avaliação, inclusive no fim de semana.

Para fornecedores, isso significa que os clientes austríacos precisam proteger a cadeia de suprimentos e vão ajustar contratos nos próximos meses. Conte com questionários baseados no catálogo do regulamento de execução. Uma pergunta típica é como você encontra vulnerabilidades nos seus sistemas acessíveis pela internet. Um relatório do [veyrisk](#) mostra o que está exposto de fora e pode ir como anexo. Mais em [NIS2](#).

Em caso de descumprimento das regras de gestão de risco ou de notificação, entidades essenciais podem ser multadas em até 10 milhões de euros ou 2 % do faturamento mundial do ano anterior; entidades importantes, em até 7 milhões de euros ou 1,4 % (§ 45 NISG 2026). Quem aplica as multas são as autoridades administrativas distritais.

A NISG 2026 prevê ainda uma autodeclaração sobre as medidas implementadas (§ 33). A partir de outubro de 2028, a autoridade poderá exigir também uma auditoria por um organismo independente. A essa altura, os clientes austríacos vão olhar com mais cuidado também para os fornecedores importantes.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A supervisão de proteção de dados cabe à Datenschutzbehörde (DSB), em Viena, com competência para todo o território federal. Além do [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#), vale a lei austríaca de proteção de dados (DSG). Diferente da Alemanha, não há autoridades estaduais para empresas.

A Áustria não tem lei própria de cadeia de suprimentos. Grandes empresas austríacas que pertencem a grupos alemães ou fornecem para clientes alemães muitas vezes aplicam a lei alemã de forma indireta. A norma vinculante será a [CSDDD](#) europeia.

O que os clientes austríacos costumam exigir

Fornecedores automotivos na Áustria trabalham para montadoras alemãs e por isso costumam exigir de seus próprios fornecedores um selo [TISAX](#) quando há dados confidenciais ou protótipos envolvidos.

O varejo de alimentos aposta no IFS ou em outro certificado reconhecido pela GFSI. Mais em [segurança de alimentos](#). Para café, cacau e soja, a documentação do [EUDR](#) é obrigatória.

Prestadores de serviços de TI recebem perguntas sobre a [ISO 27001](#). Um certificado cobre boa parte do catálogo de medidas exigido pela NISV 2026. Para responder a questionários de fornecedor, você pode organizar essas medidas e as comprovações em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), que traz a NIS2 e a ISO 27001 como marcos prontos.

Um bom ponto de partida para fornecedores de clientes austríacos:

1. Pergunte se o seu cliente está sujeito à NISG 2026 e até quando pretende ajustar os contratos com fornecedores.
2. Compare suas medidas de segurança com o catálogo do Regulamento de Execução (UE) 2024/2690.
3. Combine um canal de notificação de incidentes que funcione também no fim de semana.
4. Defina quem licencia as embalagens e quem responde pelo rótulo.

Contatos úteis

ÁREA	ÓRGÃO
Comércio exterior	AußenwirtschaftsCenter da Câmara Econômica da Áustria (ADVANTAGE AUSTRIA) em Bogotá, Buenos Aires, Santiago e São Paulo
Alfândega	Zollamt Österreich (Ministério Federal das Finanças)
Cibersegurança	Bundesamt für Cybersicherheit
Proteção de dados	Datenschutzbehörde (DSB)

ÁREA	ÓRGÃO
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network

Os AußenwirtschaftsCenter fazem parte da Câmara Econômica e intermedeiam contatos com empresas austríacas. Também são o canal certo se você quiser participar de uma feira na Áustria.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/austria>

COLOQUE EM PRÁTICA COM FERRAMENTAS FEITAS NA ALEMANHA



O Sightadel conduz sua equipe por a NIS2: modelos, tarefas, evidências e preparação para auditoria em um só lugar. Desenvolvido e hospedado na Alemanha, com pacote de consultoria opcional.

[Conhecer o Sightadel →](#)



O veyrisk mostra o que um atacante enxerga da sua empresa por fora: serviços abertos, certificados, vulnerabilidades conhecidas. Você pode apresentar o relatório a clientes europeus e auditores.

[Conhecer o veyrisk →](#)



Valar é um firewall de hardware com software da neonotu. Protege escritórios e unidades e gera os registros exigidos pela NIS2 e pela ISO 27001.

[Conhecer o Valar →](#)

Sightadel, veyrisk e Valar são produtos da neonotu GmbH, empresa que opera o MercoEU.

PAÍS DA UE · EUROPA OCIDENTAL

Bélgica: o que os clientes belgas esperam

A Bélgica transpõe a NIS2 cedo e exige das entidades essenciais uma avaliação de conformidade pelo CyberFundamentals ou pela ISO 27001. Fornecedores sentem isso nos questionários. Para produtos frescos da América Latina, Antuérpia-Bruges é uma das principais portas de entrada na UE.

A Bélgica como mercado para a América do Sul

O porto de Antuérpia-Bruges registrou em 2025 um recorde de contêineres refrigerados: 1,17 milhão de TEU. Segundo a administração do porto, cerca de 90 % das importações refrigeradas são produtos frescos como frutas, legumes, carne e peixe, a maior parte vinda da América Latina. Banana do Equador, uva do Chile ou abacate do Peru entram muitas vezes na UE por Antuérpia e de lá seguem para os países vizinhos.

Antuérpia também é um polo importante de café e da indústria química. Por isso, clientes belgas costumam ser importadores e distribuidores para toda a Europa Ocidental. Suas exigências seguem as dos compradores mais rigorosos que atendem.

Bruxelas, além disso, é sede das instituições da UE e de muitas associações. Para prestadores de serviços da América do Sul, isso significa licitações e clientes que lidam com direito europeu todos os dias e perguntam com precisão.

O que é igual em toda a UE e o que vale na Bélgica

Alfândega e regras de produto são uniformes na UE; os detalhes estão no [guia de exportação](#). A importação fica a cargo da Administração Geral de Alfândegas e Impostos Especiais do Serviço Público Federal Finanças.

Idioma: a Bélgica tem três idiomas oficiais. Quais deles precisam constar no rótulo e no manual depende do produto e da região de venda. O regulamento sobre informação dos alimentos ao consumidor (Regulamento (UE) n.º 1169/2011, art. 15) permite que os Estados-Membros exijam seus idiomas oficiais. Acerte a versão de idioma com seu importador antes de imprimir rótulos. Para mercadoria que só passa por Antuérpia, vale o país de destino.

IVA: a alíquota padrão é de 21 %.

Embalagens: quem coloca mercadoria embalada no mercado belga como fabricante ou importador é considerado responsável pelas embalagens. Ele precisa declarar as quantidades todo ano à Interregionale Verpakkingscommissie (IVCIE). Na prática, isso é feito pela Fost Plus, para embalagens domésticas, e pela Valipac, para embalagens comerciais. Se você vende a um importador belga, a obrigação é dele. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (Regulamento (UE) 2025/40).

NIS2 na Bélgica

A Bélgica foi um dos primeiros países a ter uma lei de NIS2. A lei de 26/04/2024, que estabelece um quadro para a cibersegurança das redes e sistemas de informação de interesse geral para a segurança pública, vale desde 18/10/2024. Um decreto real de 09/06/2024 regula os detalhes.

O órgão responsável é o Centre for Cybersecurity Belgium (CCB), que também é o CSIRT nacional e recebe as notificações. Os prazos seguem a diretiva: alerta inicial em 24 horas, notificação em 72 horas, relatório final após um mês. Os prazos de registro terminaram em março de 2025.

A particularidade belga é a avaliação de conformidade. Entidades essenciais precisam obter certificação pelo referencial CyberFundamentals (CyFun) do CCB ou pela ISO/IEC 27001, ou passar por inspeção do CCB. A próxima etapa vence em 18/04/2027. Quem tem certificação é presumido em conformidade até prova em contrário. Para você, isso significa que clientes belgas costumam avaliar fornecedores com base nos controles do CyFun ou na ISO 27001. Um certificado próprio [ISO 27001](#) se encaixa exatamente nesse modelo. Se você ainda está montando esse ISMS, o [Sightadel](#) conduz pela norma capítulo a capítulo e reúne as comprovações para a auditoria. O certificado em si é emitido por um organismo acreditado. As obrigações gerais estão na página [NIS2](#).

As multas seguem a diretiva: até 10 milhões de euros ou 2 % do faturamento anual mundial para entidades essenciais, até 7 milhões de euros ou 1,4 % para entidades importantes. Os órgãos de direção precisam aprovar as medidas e receber treinamento.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados se chama, em neerlandês, Gegevensbeschermingsautoriteit (GBA) e, em francês, Autorité de protection des données (APD). Ela fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) para empresas em todo o país.

A Bélgica não aprovou uma lei própria de cadeia de suprimentos como as da Alemanha ou da França. Existe um plano de ação nacional sobre empresas e direitos humanos, sem caráter vinculante. A norma obrigatória será a [CSDDD](#) europeia, que deve ser transposta até 2028. Mesmo assim, grandes

varejistas e grupos de alimentos belgas já perguntam hoje sobre padrões sociais e origem.

O que os clientes belgas costumam exigir

No comércio de frutas, é comum exigir GLOBALG.A.P. na produção e um padrão reconhecido pela GFSI, como BRCGS ou IFS, nos packing houses. Distribuidores belgas costumam abastecer supermercados em vários países e por isso pedem o certificado que o comprador mais exigente pede. Mais em [segurança de alimentos](#).

Para café e cacau entra a documentação do [EUDR](#); para química e metais, os dados para o [CBAM](#).

Prestadores de serviços de TI recebem questionários baseados no CyFun. Quem conhece os controles dos níveis "Basic" ou "Important" responde mais rápido.

Nesses questionários sempre aparecem perguntas sobre vulnerabilidades e sistemas expostos. O relatório do [veyrisk](#), que verifica sua superfície de ataque de fora, serve como comprovação.

Um bom ponto de partida para fornecedores de clientes belgas:

1. Pergunte se o seu cliente é entidade essencial ou importante e qual referencial usa, CyFun ou ISO 27001.
2. Compare suas medidas de segurança com os controles desse referencial.
3. Acerte com o importador a versão de idioma do rótulo e a declaração de embalagens.
4. Tenha à mão os certificados de segurança de alimentos e os documentos do EUDR antes que chegue o questionário.

Contatos úteis

ÁREA	ÓRGÃO
Câmara bilateral	Belgalux, Câmara de Comércio Belgo-Luxemburguesa-Brasileira em São Paulo
Alfândega	SPF Finanças, Administração Geral de Alfândegas e Impostos Especiais
Cibersegurança	Centre for Cybersecurity Belgium (CCB)
Proteção de dados	Gegevensbeschermingsautoriteit / Autorité de protection des données
Embalagens	IVCIE, Fost Plus, Valipac
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network

Na Bélgica, o comércio exterior é competência das regiões. Para contatos com compradores belgas, os canais certos são os setores comerciais das embaixadas e as agências regionais de Flandres, Valônia e Bruxelas.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/belgica>

PAÍS DA UE · SUDESTE EUROPEU

Bulgária: nova no euro, atrasada na NIS2

A Bulgária usa o euro desde janeiro de 2026 e transpôs a NIS2 em fevereiro de 2026, cerca de 16 meses depois do prazo da UE. Para fornecedores da América do Sul, o país é acessível pelos portos do Mar Negro.

A Bulgária como mercado para a América do Sul

A Bulgária é um mercado menor, mas interessante para alguns setores. Processamento de alimentos, química, máquinas e um setor de TI em crescimento em torno de Sófia e Plovdiv marcam a economia. Para fornecedores sul-americanos, entram em jogo produtos agrícolas e alimentos, como café, frutas ou pescado, além de software e serviços. Com a Argentina, a câmara de comércio búlgara mantém uma parceria que remonta a 1979. Dados confiáveis sobre o comércio com o seu país estão na base de comércio exterior do Eurostat (Comext).

Os dois grandes portos ficam no Mar Negro: Varna e Burgas. Carga de ultramar costuma chegar lá com transbordo no Mediterrâneo. Parte entra no país também por portos da Grécia, da Romênia ou da Europa Ocidental. A rota mais barata quem conhece é o seu agente de carga.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Alfândega, regras de origem e regras de produto são uniformes na UE. O que você precisa saber está no guia [Exportar para a UE](#).

Também aqui há diferenças nacionais:

- **Idioma:** informações ao consumidor e manuais devem estar em búlgaro, em alfabeto cirílico. Planeje cedo a tradução e a impressão dos rótulos.
- **Embalagens:** quem coloca mercadoria embalada pela primeira vez no mercado búlgaro precisa cumprir obrigações de reciclagem, em regra por meio de uma organização de recuperação autorizada. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40; registro e taxas continuam nacionais.
- **Impostos e moeda:** a alíquota padrão do IVA é de 20 %. Desde 01/01/2026, o euro é a moeda nacional e substituiu o lev.
- **Órgãos:** a alfândega fica a cargo da agência "Mitnitsi" (Агенция "Митници").

No IVA vale o mesmo modelo do resto da UE. Nas mercadorias, o importador paga o IVA de importação na alfândega e o deduz como crédito. Serviços prestados a empresas búlgaras são faturados sem imposto búlgaro; o seu cliente recolhe o imposto pelo mecanismo de autoliquidação (art. 196 da Diretiva IVA). Confira o número de identificação de IVA do seu cliente no sistema VIES da Comissão. Como a Bulgária agora adota o euro, o risco cambial em relação ao lev deixa de existir nos contratos novos.

NIS2 na Bulgária

A Bulgária transpôs a [NIS2](#) por meio de uma alteração da lei de cibersegurança já existente (Закон за киберсигурност). A alteração foi publicada no diário oficial (Държавен вестник) n.º 17 de 13/02/2026. Em maio de 2025, a Comissão Europeia havia notificado a Bulgária, junto com outros 18 Estados, pela falta de transposição. Em junho de 2026, a lei foi alterada de novo.

Com a reforma, as empresas passam a ser abrangidas por porte e setor, como prevê a diretiva. O regulamento com os requisitos mínimos das medidas de segurança deve ser editado pelo governo; no fechamento desta página não havia comprovação de que já esteja em vigor. Para o seu cliente búlgaro, isso significa que ele conhece suas obrigações em linhas gerais, mas parte dos detalhes ainda falta. Verifique a situação atual antes de enviar uma proposta.

Como fornecedor, você sente as regras pelo contrato. Espere perguntas sobre notificação de incidentes, direitos de acesso e vulnerabilidades. Sobre vulnerabilidades, um relatório externo como o do [veyrisk](#) mostra ao cliente quais dos seus sistemas estão acessíveis pela internet. A diretiva exige do cliente um alerta inicial em até 24 horas; por isso o seu contrato vai trazer um prazo mais curto.

Como os detalhes na Bulgária ainda não estão totalmente definidos, muitos clientes se orientam pela própria diretiva e pelo Regulamento de Execução (UE) 2024/2690 da Comissão, que define medidas precisas para serviços digitais como nuvem ou serviços gerenciados de TI. Por isso, tenha pronto um resumo curto: quem é o seu contato em caso de incidente, como você concede acessos, com que frequência aplica atualizações e onde ficam seus backups. Quem guarda essas respostas e as comprovações em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), hospedada na Alemanha, consegue reaproveitá-las no próximo questionário.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Vale o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). A autoridade de supervisão é a Comissão de Proteção de Dados Pessoais (Комисия за защита на личните данни, КЗЛД), em Sófia. Para tratamento por conta de terceiros, você precisa de um contrato conforme o art. 28 do RGPD e, se o seu país não tiver decisão de adequação, de cláusulas contratuais-padrão.

A Bulgária não tem lei própria de cadeia de suprimentos. As obrigações chegam por meio de clientes de grandes grupos e pelas regras europeias da [CSDDD](#).

O que os clientes búlgaros costumam exigir

Empresas búlgaras que fabricam ou desenvolvem software para grupos da Europa Ocidental repassam as exigências deles. Para prestadores de serviços de TI, a [ISO 27001](#) é a comprovação mais comum. Na indústria, a [ISO 9001](#) é a base.

Redes varejistas e processadoras de alimentos pedem certificados como IFS ou BRCGS ([segurança de alimentos](#)). Quem fornece, por exemplo, camarão do Equador ou café da Colômbia deve ter esses certificados e os documentos do [EUDR](#) à mão, quando o produto estiver abrangido.

Contatos úteis

- A Câmara de Comércio e Indústria da Bulgária (Българска търговско-промишлена палата, BCCI) trabalha com câmaras na Argentina e assinou em 2024 um acordo com uma associação empresarial argentina.
- As embaixadas búlgaras na América do Sul e as embaixadas do seu país em Sófia ajudam com contatos.
- A Enterprise Europe Network tem pontos de contato na Bulgária.
- Importação e tarifas ficam a cargo da agência "Mitnitsi".

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/bulgaria>

PAÍS DA UE · SUDESTE EUROPEU

Croácia: a primeira na NIS2

A Croácia foi o primeiro país da UE a transpor a NIS2, em fevereiro de 2024. Lá as empresas não se registram por conta própria: são as autoridades que as enquadram. Para fornecedores da América do Sul, o país é acessível pelos portos do Adriático.

A Croácia como mercado para a América do Sul

A Croácia é um mercado pequeno, com turismo forte, indústria de alimentos, construção naval e farmacêutica. Hotéis e restaurantes do litoral compram alimentos, bebidas e equipamentos, muitas vezes por meio de atacadistas. Para fornecedores sul-americanos, interessam café, carne, pescado, frutas e vinho, além de software e serviços. Chile e Argentina têm grandes comunidades de origem croata, que muitas vezes mantêm também laços comerciais. Os números do comércio com o seu país estão na base de comércio exterior do Eurostat (Comext).

O principal porto de contêineres é Rijeka, onde foi construído um novo terminal, o Rijeka Gateway. Para graneis, Ploče, no sul, também é importante. Carga de ultramar costuma chegar com transbordo no Mediterrâneo; parte chega à Croácia também por trem ou caminhão a partir de Koper, Trieste ou portos do norte.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Alfândega e regras de produto são uniformes na UE. O básico está no guia [Exportar para a UE](#).

Estes pontos a Croácia regula por conta própria:

- Idioma: informações ao consumidor, rótulos e manuais devem estar em croata. Combine com seu importador quem traduz e quem rotula.
- Embalagens: para embalagens de bebidas existe um sistema de depósito organizado pelo fundo ambiental estatal (Fond za zaštitu okoliša i energetske učinkovitost). Fabricantes e importadores de mercadoria embalada têm obrigações de declaração e de pagamento de taxas. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40.
- Impostos e moeda: a alíquota padrão do IVA é de 25 %. A Croácia usa o euro desde 01/01/2023.
- Órgãos: a alfândega (Carinska uprava) é ligada ao Ministério das Finanças.

Sobre o IVA: nas mercadorias, o importador paga o IVA de importação na alfândega e depois o deduz como crédito. Serviços prestados a empresas croatas, como o software de reservas de uma rede

hoteleira, são faturados sem imposto croata; o seu cliente recolhe o imposto (autoliquidação conforme o art. 196 da Diretiva IVA). Confira o número de identificação de IVA no sistema VIES da Comissão. Já quem vende a consumidores, por exemplo por uma loja online própria, normalmente precisa de registro fiscal na UE.

NIS2 na Croácia

A Croácia foi o primeiro país da UE com uma lei sobre a [NIS2](#). A Zakon o kibernetičkoj sigurnosti foi publicada no Narodne novine n.º 14/2024 e vale desde 15/02/2024. Os detalhes estão na Uredba o kibernetičkoj sigurnosti (NN 135/2024), entre eles um catálogo de medidas de segurança e os limiares de notificação.

O modelo croata difere do resto da UE em um ponto. As empresas não precisam se classificar e se registrar sozinhas. As autoridades competentes as enquadram por decisão como entidade essencial (ključni) ou importante (važni), e as obrigações só valem a partir dessa notificação. Ao fim do segundo trimestre de 2026, segundo o Centro Nacional de Cibersegurança, 798 empresas e órgãos estavam enquadrados, 162 deles como essenciais. O enquadramento continua.

O órgão central é o Nacionalni centar za kibernetičku sigurnost (NCSC-HR), ligado à agência de segurança e inteligência SOA. Para alguns setores, como bancos, pesquisa e educação, o responsável é o CERT nacional da CARNET. Incidentes são notificados pela plataforma nacional PiXi. A Croácia incluiu ainda um setor adicional: o sistema de educação.

O que isso significa para você? O seu cliente sabe exatamente se está abrangido, porque recebeu uma decisão. Pergunte por ela. Se ele estiver enquadrado, vai incluir você como prestador na avaliação de risco e fixar em contrato obrigações de notificação, regras de acesso e comprovações.

Prepare uma pasta curta: pessoa de contato para incidentes, lista de subcontratados, regras de acesso e comprovantes de atualizações e backups. Essa pasta pode ficar em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), hospedada na Alemanha, onde as comprovações continuam atualizadas para o próximo pedido.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Vale o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). A autoridade de supervisão é a Agencija za zaštitu osobnih podataka (AZOP), em Zagreb. Para tratamento por conta de terceiros, você precisa de um contrato conforme o art. 28 do RGPD; para transferências a um país sem decisão de adequação, de cláusulas contratuais-padrão.

A Croácia não tem lei nacional de cadeia de suprimentos. As regras da UE estão na página sobre a [CSDDD](#).

O que os clientes croatas costumam exigir

Atacadistas e redes que abastecem hotéis e supermercados pedem certificados como IFS ou BRCGS ([segurança de alimentos](#)). Quem fornece carne bovina do Paraguai ou café do Brasil deve ter à mão também a documentação do [EUDR](#).

Clientes industriais costumam esperar a [ISO 9001](#). Prestadores de serviços de TI recebem perguntas sobre a [ISO 27001](#), sobretudo de entidades enquadradas, como distribuidoras de energia, hospitais ou bancos.

Contatos úteis

- A Hrvatska gospodarska komora (HGK) é a câmara econômica nacional. Na América do Sul, ela trabalha com parceiros como a câmara de indústria e comércio croata-argentina em Buenos Aires.
- As embaixadas croatas na América do Sul fazem a ponte com órgãos públicos e associações.
- A Enterprise Europe Network tem pontos de contato na Croácia.
- Importação e tarifas ficam a cargo da Carinska uprava.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/croacia>

PAÍS DA UE · MEDITERRÂNEO ORIENTAL

Chipre: o que seus clientes esperam

Chipre compra pouco da América do Sul, mas é sede de muitas empresas de navegação, finanças e tecnologia. Quem trabalha para elas precisa conhecer uma particularidade: incidentes cibernéticos significativos devem ser notificados lá em até seis horas.

Chipre como mercado para a América do Sul

Segundo o Eurostat, Chipre importou em 2025 cerca de 85 milhões de euros em mercadorias da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. Mais da metade foi farelo de soja da Argentina (47 milhões de euros); o restante foi sobretudo frutas, café e pescado. As exportações para a região ficaram abaixo de 10 milhões de euros.

O principal porto de contêineres é Limassol. Lá também estão muitas empresas de gestão de navios, e o país se firmou como sede de prestadores de serviços financeiros, gestoras de fundos e empresas de tecnologia. Para software houses e prestadores de TI da América do Sul, esses são os clientes mais interessantes.

O direito da UE só se aplica em Chipre nas áreas sob controle efetivo do governo da República de Chipre (Protocolo n.º 10 do Ato de Adesão de 2003). Para entregas no norte da ilha valem outras regras.

O que vale em toda a UE e o que é cipriota

Alfândega, regras de origem e regras de produtos e alimentos são direito da UE; o básico está no [guia de exportação para a UE](#). As principais diferenças nacionais são:

- Idioma: o direito da UE deixa os Estados-Membros escolherem em que idioma oficial devem estar as informações obrigatórias dos alimentos (art. 15 do Regulamento (UE) 1169/2011). Para Chipre, planeje o grego e acerte os textos com seu importador.
- Embalagens: desde 12/08/2026 vale o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40; as obrigações de produtor ficam em regra com o importador.
- IVA: alíquota padrão de 19 %, reduzidas de 9 % e 5 %, superreduzida de 3 %.

NIS2 em Chipre

Chipre transpôs a [Diretiva NIS2](#) alterando sua lei já existente: a Lei 89(I)/2020 sobre segurança de redes e sistemas de informação foi alterada pela Lei 60(I)/2025. A alteração vale desde a publicação, em 25/04/2025. O órgão responsável é a Digital Security Authority (Αρχή Ψηφιακής Ασφάλειας), à qual pertence também o CSIRT nacional (CSIRT-CY).

Os prazos de notificação são mais rígidos que os da diretiva. O alerta inicial deve chegar em até seis horas após o conhecimento de um incidente significativo, e não em 24 horas. O procedimento e o formulário estão na decisão Κ.Δ.Π. 281/2026, em vigor desde 03/07/2026. A notificação vem em 72 horas e o relatório final um mês depois; em incidentes em curso, é preciso enviar um relatório de andamento a cada 15 dias. Deixar de notificar sem demora um incidente com impacto significativo é crime.

Ao contrário de muitos países da UE, não há autorregistro com prazo. A autoridade define por decisão as entidades abrangidas. Empresas que se considerem abrangidas devem informá-la. Nas entidades essenciais, a autoridade pode fiscalizar mesmo sem motivo específico, com inspeções no local, auditorias pagas pela entidade e varreduras de segurança. Pode ainda exigir o uso de produtos de TIC certificados por um esquema da UE.

Se você opera serviços de TI para um cliente abrangido em Chipre, esse cliente precisa conseguir notificar em seis horas. Por isso ele vai exigir de você um prazo de notificação de poucas horas, 24 horas por dia. Verifique antes de fechar o contrato se o seu plantão dá conta disso.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Quem fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é o Commissioner for Personal Data Protection (Επίτροπος Προστασίας Δεδομένων Προσωπικού Χαρακτήρα). Regras complementares estão na Lei 125(I)/2018. Em incidentes cibernéticos com dados pessoais, a Digital Security Authority informa a autoridade de proteção de dados; a notificação conforme o art. 33 do RGPD continua sendo uma obrigação própria do seu cliente. Além disso, as entidades abrangidas precisam informar os destinatários de seus serviços sobre incidentes significativos; quem quiser dispensar esse aviso precisa da aprovação da autoridade.

Chipre não tem lei própria de cadeia de suprimentos. A referência será a [CSDDD](#), a ser transposta até 26/07/2028.

O que os clientes cipriotas costumam exigir

Prestadores de serviços financeiros repassam aos seus fornecedores de TI as exigências do [DORA](#): direito de auditoria, planos de saída, prazos de notificação, regras para subcontratados. Armadores e gestores de navios perguntam sobre a proteção dos seus sistemas em terra e a bordo. Nos dois casos, a [ISO 27001](#) é a base usual de comprovação. Para montar o ISMS e as comprovações de DORA e ISO 27001 em um só lugar, há plataformas GRC como o [Sightadel](#), desenvolvido e hospedado na Alemanha.

Em alimentos e rações, os importadores exigem rastreabilidade e análises; no caso da soja, também a documentação do [EUDR](#).

Um bom ponto de partida se você tem clientes em Chipre:

1. Pergunte se o seu cliente foi definido pela Digital Security Authority como entidade abrangida ou se está sujeito ao DORA.
2. Monte um canal de notificação pelo qual você repasse um incidente ao cliente em poucas horas, também no fim de semana.
3. Documente suas medidas de segurança de forma que um auditor do seu cliente consiga acompanhá-las.

Onde você está hoje, o [Diagnóstico UE](#) gratuito mostra.

Contatos úteis

- A Cyprus Chamber of Commerce and Industry (KEBE), em Nicósia, com câmaras regionais.
- Invest Cyprus, a agência estatal de investimentos.
- O setor comercial da embaixada do seu país responsável por Chipre.
- A Enterprise Europe Network em Chipre.
- O Department of Customs and Excise (Τμήμα Τελωνείων), no Ministério das Finanças.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/chipre>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Tchéquia: indústria no centro da Europa

A Tchéquia não tem porto marítimo, mas tem uma das indústrias mais densas da UE. Quem fornece para cá costuma lidar com cadeias de fornecimento da indústria automotiva e com uma nova lei de cibersegurança, em vigor desde novembro de 2025.

A Tchéquia como mercado para a América do Sul

A Tchéquia é um país industrial. Máquinas, eletrotécnica e sobretudo a indústria automotiva, com a Škoda Auto em Mladá Boleslav, marcam a economia. Para fornecedores sul-americanos, isso significa que, além de alimentos como café, frutas ou vinho, há demanda por matérias-primas, insumos e serviços de TI para clientes industriais. Dados confiáveis sobre o comércio da Tchéquia com cada país da América do Sul estão na base de comércio exterior do Eurostat (Comext), organizados por código de mercadoria.

A carga de ultramar entra no país por portos estrangeiros. O porto de Hamburgo se apresenta como o principal ponto de transbordo do comércio exterior tcheco e eslovaco; de lá, os contêineres seguem em geral de trem para Praga e outros terminais. Para você, isso significa que o seu contêiner normalmente é desembarcado na Alemanha ou em outro porto da UE, ou segue em trânsito aduaneiro. Onde é feita a declaração aduaneira quem decide é o seu importador ou agente de carga.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Tarifas, regras de origem e regras de produto são uniformes em toda a UE. O que você precisa saber está no guia [Exportar para a UE](#). Uma marcação CE válida na Espanha vale também na Tchéquia.

Já algumas coisas que dão muito trabalho no dia a dia variam de país para país:

- Idioma: pelo § 11 da lei de defesa do consumidor (zákon č. 634/1992 Sb.), informações escritas para consumidores, inclusive manuais de uso e avisos sobre o produto, devem estar em tcheco. Um texto em eslovaco ou inglês não basta.
- Embalagens: quem coloca mercadoria embalada no mercado tcheco tem obrigações pela lei de embalagens (zákon č. 477/2001 Sb., o obalech). A maioria das empresas as cumpre por contrato com a entidade gestora autorizada EKO-KOM. Se a obrigação é sua ou do seu importador depende de quem coloca a mercadoria primeiro no mercado tcheco. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40; registros e taxas, porém, continuam nacionais.

- Impostos: a alíquota padrão do IVA é de 21 %. A moeda é a coroa tcheca (CZK); mesmo assim, muitos clientes industriais faturam em euro.
- Órgãos: alfândega é com a Celní správa; fiscalização de mercado para produtos de consumo, com a Česká obchodní inspekce.

NIS2 na Tchéquia

A Tchéquia transpôs a [NIS2](#) com uma lei totalmente nova: o zákon č. 264/2025 Sb., o kybernetické bezpečnosti. Ela foi promulgada em 04/08/2025 e vale desde 01/11/2025, substituindo a antiga Lei 181/2014 Sb. O órgão responsável é o Národní úřad pro kybernetickou a informační bezpečnost (NÚKIB), com sede em Brno. As notificações passam exclusivamente pelo portal do NÚKIB; o CERT nacional (CSIRT.CZ, da associação CZ.NIC) também só as recebe por esse portal no caso de entidades com obrigações menores.

Uma particularidade: a lei não fala em entidades essenciais e importantes. Ela regula serviços (regulované služby) e os divide em um regime de obrigações maiores e outro de obrigações menores. Quem está abrangido precisa registrar o serviço no NÚKIB em até 60 dias. Para empresas já abrangidas em 01/11/2025, esse prazo terminou em 31/12/2025. Segundo o NÚKIB, até o início de fevereiro de 2026 cerca de 4.800 organizações tinham se registrado; a expectativa é de umas 6.000.

O que isso significa para você como fornecedor? O seu cliente tcheco precisa gerir a segurança da cadeia de suprimentos e repassa essa obrigação por contrato. Se você fornece software, serviços de nuvem ou manutenção remota para uma fábrica na Tchéquia, espere questionários sobre acessos, vulnerabilidades e canais de notificação. Para a parte de vulnerabilidades, o [veyrisk](#) verifica de fora quais dos seus sistemas estão acessíveis pela internet e entrega um relatório que você pode anexar. O seu cliente precisa notificar incidentes cedo, no modelo da diretiva (alerta inicial em até 24 horas), e vai exigir de você um prazo mais curto no contrato.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Na proteção de dados vale diretamente o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). A autoridade de supervisão é o Úřad pro ochranu osobních údajů (ÚOOÚ), em Praga. Se você trata dados de funcionários ou de clientes de um contratante tcheco, precisa de um contrato de tratamento de dados conforme o art. 28 do RGPD e, se o seu país não tiver decisão de adequação, de cláusulas contratuais-padrão.

A Tchéquia não tem lei própria de cadeia de suprimentos como a LkSG alemã. Muitas empresas tchecas, porém, pertencem a grupos alemães ou franceses e adotam os códigos de conduta deles. No nível da UE, somam-se as obrigações da [CSDDD](#).

O que os clientes tchecos costumam exigir

Na indústria automotiva, o [TISAX](#) é comum, porque a Škoda pertence ao grupo Volkswagen e repassa à cadeia de fornecimento as exigências das montadoras alemãs. Quem fornece, por exemplo, serviços de engenharia a partir de Córdoba ou software de Montevideu para um fornecedor na Boêmia, mais cedo ou mais tarde vai ouvir a pergunta sobre o selo TISAX.

Em qualidade, clientes industriais costumam esperar um certificado [ISO 9001](#) e, no setor automotivo, também a IATF 16949. Para prestadores de serviços de TI, a [ISO 27001](#) é a comprovação usual. Uma plataforma GRC como o [Sightadel](#) conduz pela ISO 27001 e pela ISO 9001 e reaproveita o que já foi feito para uma norma na outra. No varejo de alimentos, as redes internacionais trabalham com os padrões conhecidos, como IFS ou BRCGS ([segurança de alimentos](#)).

Contatos úteis

- A CzechTrade, agência estatal de exportação, mantém escritórios na América do Sul, entre eles em São Paulo, Bogotá, Santiago do Chile e Lima. Ela também intermedeia contatos no sentido inverso.
- As embaixadas tchecas na região e o consulado-geral em São Paulo têm setores econômicos.
- A câmara econômica Hospodářská komora České republiky e a Enterprise Europe Network, com pontos de contato na Tchéquia, ajudam na busca de parceiros.
- Para dúvidas sobre importação e tarifas, o órgão responsável é a Celní správa České republiky.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/tchequia>

PAÍS DA UE · NORTE DA EUROPA

Dinamarca: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Dinamarca é um mercado pequeno, mas exigente. Quem vende para lá encontra compradores que avaliam com muito cuidado sustentabilidade e segurança de TI, e uma lei de NIS2 que vale desde julho de 2025.

A Dinamarca como mercado para a América do Sul

A Dinamarca é um país pequeno com uma grande indústria agrícola e de alimentos. Para exportadores sul-americanos, o mais interessante é a cadeia de rações: a suinocultura dinamarquesa precisa de proteína, e boa parte do farelo de soja vem do Brasil e da Argentina. Somam-se café, frutas e vinho. Software houses de Montevideu ou Medellín encontram clientes em empresas de navegação, distribuidoras de energia e na indústria farmacêutica.

O principal porto é Aarhus. Segundo o próprio porto, mais de 70 % dos contêineres de e para a Dinamarca passam por lá. A mercadoria da América do Sul muitas vezes não chega direto, e sim por um porto de transbordo no Mar do Norte, seguindo depois em navio alimentador ou caminhão. Para o seu cálculo de custos, pergunte ao agente de carga por qual porto a mercadoria entra na UE. É lá que ela é desembarcada, e não necessariamente na Dinamarca.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Alfândega, regras de origem e regras de produto são iguais em toda a UE. Um contêiner de soja do Paraná recebe em Aarhus o mesmo tratamento tarifário que em Roterdã. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente; a preferência tarifária vale, portanto, também para clientes dinamarqueses. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

Outros pontos variam de país para país. Informações obrigatórias ao consumidor, como nas embalagens de alimentos e nos manuais de uso, devem estar em dinamarquês. A alíquota padrão do IVA é de 25 %. Para embalagens, existe responsabilidade do produtor: quem coloca mercadoria embalada no mercado dinamarquês precisa se inscrever no registro da Dansk Producentansvar. Em regra, é o seu importador. Deixe isso claro no contrato, porque alguns clientes empurram essa obrigação para o fornecedor.

Desde 12/08/2026 vale o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40. Ele unifica muitos requisitos para embalagens, mas o registro continua nacional.

NIS2 na Dinamarca

A Dinamarca transpõe a [Diretiva NIS2](#) com a NIS 2-loven (lov nr. 434 af 6. maj 2025). A lei vale desde 01/07/2025. O prazo de registro para as empresas abrangidas terminou em 01/10/2025; a inscrição é feita pelo Virk.dk.

A supervisão é dividida por setores. A Styrelsen for Samfundssikkerhed (SAMSIK) coordena e é o ponto de contato central. Para alimentos, a responsável é a Fødevarestyrelsen; para nuvem e data centers, a Digitaliseringsstyrelsen; para portos e transportes, a Trafikstyrelsen. As notificações de incidentes vão para o CSIRT nacional, ligado ao serviço de inteligência militar. Energia, telecomunicações e setor financeiro têm leis próprias.

Os prazos seguem a diretiva: alerta inicial em até 24 horas, notificação em até 72 horas, relatório final após um mês. Uma particularidade: na Dinamarca, as multas são aplicadas pelos tribunais, e não pela autoridade.

Para você como fornecedor, o que importa é o § 6 da lei. Ele obriga o seu cliente a gerir a segurança da cadeia de suprimentos. Essa obrigação chega até você como cláusula contratual: prazos de notificação, regras de acesso, comprovação das suas medidas de segurança.

Essas medidas você pode documentar em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), desenvolvida e hospedada na Alemanha, e entregar ao cliente quando ele pedir.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é o Datatilsynet, que fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) na Dinamarca. Se você trata dados pessoais para um cliente dinamarquês, por exemplo em uma base de clientes ou em um software de RH, precisa de um contrato de tratamento de dados. Para fluxos de dados ao seu país, entram as cláusulas contratuais-padrão, a menos que o seu país tenha uma decisão de adequação da UE. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países, os dados podem fluir sem cláusulas contratuais-padrão. Para Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não há decisão.

A Dinamarca não tem lei própria de cadeia de suprimentos nos moldes da alemã ou da francesa. Grandes empresas dinamarquesas se preparam para a [CSDDD](#) e já perguntam hoje sobre direitos humanos, meio ambiente e origem. Para soja, carne bovina, café e madeira, soma-se o [EUDR](#).

O que os clientes dinamarqueses costumam exigir

Compradores dinamarqueses perguntam cedo sobre sustentabilidade. Nos setores de ração e carne, é comum pedir comprovação de origem livre de desmatamento para a soja, e os grandes compradores exigem a geolocalização das áreas de cultivo antes mesmo de o EUDR obrigá-los. Para alimentos, o varejo geralmente espera um certificado de um padrão reconhecido pela GFSI, como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#).

Prestadores de serviços de TI recebem questionários de segurança baseados na NIS2 e na [ISO 27001](#). As perguntas típicas tratam de prazos de notificação, acesso a dados de produção e testes de intrusão. Para a parte técnica, um relatório do [veyrisk](#) mostra quais dos seus sistemas estão acessíveis pela internet e onde há vulnerabilidades conhecidas. Na indústria farmacêutica entram ainda requisitos de BPF (GMP) e auditorias no fornecedor. Conte com contratos em inglês e com a aceitação de documentos em inglês. O dinamarquês você precisa sobretudo nos rótulos para o consumidor.

Como proceder:

1. Pergunte ao seu cliente dinamarquês se ele está sujeito à NIS 2-loven e que exigências faz aos fornecedores.
2. Defina no contrato quem declara as embalagens na Dansk Producentansvar.
3. Tenha prontos dados de geolocalização e comprovantes de origem para soja, café ou carne bovina antes que o comprador os peça.
4. Monte um canal de notificação de incidentes de segurança que cumpra com folga o prazo contratual.

Contatos úteis

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Câmara de Comércio Dinamarquesa-Brasileira, São Paulo	Contatos com empresas dinamarquesas no Brasil
Trade Council no consulado-geral em São Paulo, embaixadas em Santiago do Chile e Bogotá	Promoção comercial da Dinamarca na América Latina
ProChile, escritório de Estocolmo	responsável também pela Dinamarca, para exportadores chilenos
Toldstyrelsen	autoridade aduaneira dinamarquesa

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Enterprise Europe Network	Busca de parceiros e orientação sobre direito da UE
Dansk Producentansvar	Registro de embalagens

Os setores comerciais da embaixada do seu próprio país em Copenhague conhecem importadores e feiras. Pergunte lá primeiro, antes de contratar consultoria.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/dinamarca>

PAÍS DA UE · BÁLTICOS

Estônia: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Estônia é pequena e digital. Quem fornece serviços de TI para lá está sujeito, desde janeiro de 2026, a uma obrigação expressa de notificação da lei estoniana de cibersegurança, mesmo como prestador no exterior.

A Estônia como mercado para a América do Sul

Como mercado para produtos agrícolas da América do Sul, a Estônia é pequena. Vinho, frutas, café e carne costumam chegar por atacadistas que abastecem vários países bálticos ou também a Finlândia. O país é mais interessante para prestadores de serviços: órgãos públicos e empresas trabalham de forma quase toda digital, e o software muitas vezes é desenvolvido com parceiros no exterior. Uma equipe em Montevidéu ou Córdoba programando para um cliente em Tallinn não chama atenção por lá.

O maior porto de carga é Muuga, cerca de 17 quilômetros a leste de Tallinn. Ele pertence ao Port of Tallinn e tem um terminal de contêineres. A mercadoria da América do Sul em geral chega por um porto de transbordo na Europa Ocidental e segue em navio alimentador para o Báltico.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Alfândega e regras de produto são iguais em toda a UE. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente. Se a sua mercadoria é colocada em livre prática em Roterdã, depois disso ela também é mercadoria da UE na Estônia. Os detalhes estão no [guia de exportação para a UE](#).

São regulados no nível nacional o idioma das informações ao consumidor (estoniano), o IVA (alíquota padrão de 24 %) e as embalagens. A Estônia mantém um registro de embalagens previsto na lei de embalagens (pakendiseadus); a obrigação de declarar é de quem coloca mercadoria embalada no mercado estoniano, ou seja, em geral o seu importador. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40.

NIS2 na Estônia

A Estônia não escreveu uma lei nova: alterou a lei de cibersegurança já existente (Küberturvalisuseadus, KüTS). A alteração foi publicada no Riigi Teataja em 30/12/2025 e vale desde 01/01/2026. As

empresas abrangidas tiveram três meses para se registrar pelo portal do Estado eesti.ee. Para a implementação completa das obrigações há um período de transição de três anos; as obrigações de notificação e o registro já valem.

Quase tudo fica a cargo da Autoridade do Sistema de Informação do Estado (Riigi Infosüsteemi Amet, RIA). Ela é órgão de supervisão, ponto de contato central e CSIRT; os incidentes são tratados pela sua equipe CERT-EE. Os prazos seguem a diretiva: primeira notificação em até 24 horas, notificação do incidente em 72 horas.

Ponto importante para fornecedores: pelo § 8, n.º 1¹, da KüTS, um prestador que opera sistemas ou hospeda dados para uma empresa abrangida precisa informar o seu contratante sobre um incidente em até 24 horas. Perante a autoridade, quem responde é o seu cliente, mas ele vai colocar esse prazo no seu contrato.

Os requisitos técnicos estão no decreto governamental n.º 121. Empresas maiores precisam implementar o padrão estoniano de segurança da informação E-ITS ou apresentar à RIA um certificado [ISO 27001](#) válido. Para todas valem medidas mínimas em nove áreas, entre elas, de forma expressa, a gestão de parceiros externos. Na prática, o seu cliente vai avaliar você como parceiro externo. Um relatório do [veyrisk](#) sobre a sua superfície de ataque é uma comprovação que ele consegue ler rápido. Mais sobre a diretiva na página [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Andmekaitse Inspektsioon, que fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) na Estônia. Para prestadores da América do Sul, isso significa na prática: contrato de tratamento de dados, lista de medidas técnicas e organizacionais e, para fluxos de dados ao seu país, cláusulas contratuais-padrão quando não houver decisão de adequação. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países, os dados podem fluir sem cláusulas contratuais-padrão. Para Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não há decisão.

A Estônia não tem lei própria de cadeia de suprimentos. As empresas estonianas, em sua maioria, são pequenas demais para a [CSDDD](#); exigências sobre direitos humanos e meio ambiente tendem a chegar até você por grandes grupos escandinavos que compram nos países bálticos.

O que os clientes estonianos costumam exigir

Em serviços de TI, clientes estonianos perguntam cedo sobre segurança e armazenamento de dados: onde ficam os dados, quem tem acesso, em quanto tempo você notifica um incidente? Um certificado

ISO 27001 ajuda em dobro, porque também é reconhecido como comprovação pela lei estoniana. Contratos e questionários costumam ser em inglês.

No varejo de alimentos valem as comprovações usuais, ou seja, um padrão reconhecido pela GFSI como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#) e, para café, cacau, soja, carne bovina e madeira, as obrigações de diligência do [EUDR](#).

Como proceder:

1. Verifique se o seu cliente estoniano está sujeito à lei de cibersegurança.
2. Monte um canal de notificação que garanta o repasse de incidentes ao cliente em até 24 horas.
3. Documente suas medidas seguindo as nove áreas das medidas mínimas estonianas.
4. Considere um certificado ISO 27001 se você atende vários clientes na Estônia.

Contatos úteis

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Maksu- ja Tolliamet	autoridade tributária e aduaneira da Estônia
Riigi Infosüsteemi Amet (RIA), CERT-EE	Cibersegurança e notificação de incidentes
ProChile, escritório de Estocolmo	responsável também pela Estônia, para exportadores chilenos
Enterprise Europe Network	Busca de parceiros e orientação sobre direito da UE

Não encontramos uma câmara de comércio bilateral entre a Estônia e algum país sul-americano. Pergunte ao setor comercial da sua embaixada qual representação é responsável pela Estônia; muitas vezes ela atende também todos os países bálticos ou os nórdicos.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/estonia>

PAÍS DA UE · NORTE DA EUROPA

Finlândia: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Finlândia tem dois idiomas oficiais, um dos IVAs mais altos da UE e uma lei de NIS2 em vigor desde abril de 2025. Para fornecedores da América do Sul, o país é ao mesmo tempo um mercado pequeno e um parceiro próximo, sobretudo na indústria de celulose.

A Finlândia como mercado para a América do Sul

A ligação mais forte entre a Finlândia e a América do Sul passa pelo eucalipto. O grupo finlandês UPM opera duas fábricas de celulose no Uruguai, em Fray Bentos e perto de Paso de los Toros, e embarca a celulose por um terminal no porto de Montevideu. Para fornecedores, transportadoras e prestadores de TI uruguaios, um cliente finlandês muitas vezes está mais perto do que o mapa sugere.

Além disso, a Finlândia importa da região café, frutas, vinho e matérias-primas agrícolas. Segundo o próprio porto, o maior é HaminaKotka, um porto multipropósito para contêineres, granéis e cargas de projeto. A mercadoria da América do Sul em geral chega por um porto de transbordo na Europa Ocidental e segue em navio alimentador para o Báltico.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Tarifas, regras de origem e regras de produto são iguais em toda a UE. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente, também para entregas à Finlândia. O que você precisa para a importação está no [guia de exportação para a UE](#).

Uma particularidade finlandesa é o idioma. A autoridade de alimentos Ruokavirasto exige que as informações obrigatórias em alimentos embalados estejam, em princípio, em finlandês e sueco. Um idioma só basta se a mercadoria for vendida exclusivamente em municípios monolíngues. Planeje, portanto, rótulos bilíngues se o seu café ou o seu vinho for para supermercados finlandeses.

A alíquota padrão do IVA é de 25,5 %, acima da maioria dos países da UE. Para embalagens existe responsabilidade do produtor. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40. Quem precisa se registrar depende de quem coloca a mercadoria no mercado finlandês; em regra, é o importador.

NIS2 na Finlândia

A Finlândia transpôs a diretiva com a Kyberturvallisuuslaki (lei de cibersegurança, 124/2025), em vigor desde 08/04/2025. As empresas abrangidas tiveram um mês para se registrar na sua autoridade de supervisão.

A supervisão é dividida entre sete autoridades setoriais. A agência de transportes e comunicações Traficom cuida de transportes, infraestrutura digital e serviços digitais; a Ruokavirasto, de alimentos; a Tukes, de química e máquinas. O Centro Nacional de Cibersegurança da Traficom (Kyberturvallisuuskeskus) é o ponto de contato central, e o CSIRT também fica na Traficom. Bancos e infraestrutura do mercado financeiro não estão sujeitos à lei; para eles vale o [DORA](#).

Um incidente significativo deve ser notificado em até 24 horas após a sua constatação; uma notificação de acompanhamento vem em 72 horas e o relatório final após um mês. O catálogo de medidas da lei inclui de forma expressa a segurança da cadeia de suprimentos. Para o seu cliente finlandês, isso significa que ele precisa conhecer e avaliar as suas medidas de segurança. Se você tem essas medidas documentadas em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), consegue entregá-las de forma organizada. Mais na página [NIS2](#).

Duas particularidades importam para o seu cliente. Uma sanção pecuniária exige dolo ou culpa grave e não é fixada pela autoridade setorial, e sim por um colegiado próprio na Traficom. Contra a direção de uma entidade essencial é possível uma proibição de exercer a função por até cinco anos. Para autoavaliação, a Traficom oferece a ferramenta de maturidade Kybermittari; você também pode usá-la para checar a sua própria situação antes de uma reunião com o cliente.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é o Escritório do Ombudsman de Proteção de Dados (Tietosuojavaltuutetun toimisto), que fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) na Finlândia. Para você valem as obrigações de sempre: contrato de tratamento de dados quando você trata dados por conta do cliente e cláusulas contratuais-padrão para fluxos de dados a países sem decisão de adequação. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países, os dados podem fluir sem cláusulas contratuais-padrão. Para Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não há decisão.

A Finlândia não aprovou uma lei nacional de cadeia de suprimentos. Grandes empresas finlandesas se orientam pela CSRD e pela [CSDDD](#). Na indústria florestal, a comprovação de origem da madeira é rotina há muito tempo, e o [EUDR](#) aperta isso para madeira, celulose, café e soja.

O que os clientes finlandeses costumam exigir

No setor florestal e de celulose, os clientes finlandeses esperam certificados de manejo florestal sustentável e comprovação completa de origem. Fornecedores de manutenção, transporte e produtos químicos para as fábricas no Uruguai são avaliados em segurança do trabalho, gestão ambiental e qualidade, muitas vezes com a [ISO 14001](#) e a ISO 9001 como comprovação inicial.

O varejo de alimentos trabalha com padrões reconhecidos pela GFSI, como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#). Prestadores de serviços de TI recebem questionários baseados na NIS2 e na [ISO 27001](#). Perguntas sobre vulnerabilidades em sistemas acessíveis pela internet você responde com um relatório do [veyrisk](#).

Como proceder:

1. Planeje rótulos bilíngues em finlandês e sueco se a sua mercadoria for para o varejo.
2. Pergunte ao seu cliente qual autoridade de supervisão é responsável por ele; disso dependem os canais de notificação.
3. Tenha prontas as comprovações do EUDR para madeira, celulose, café e soja.
4. Defina, para serviços de TI, um processo de notificação que apoie o prazo de 24 horas do seu cliente.

Contatos úteis

ÓRGÃO	PARA QUÊ
FinnCham Brazil (Câmara de Comércio Finlandesa-Brasileira), São Paulo	Contatos com empresas finlandesas no Brasil
ProChile, escritório de Estocolmo	responsável também pela Finlândia, para exportadores chilenos
Tulli	autoridade aduaneira finlandesa
Ruokavirasto	Legislação de alimentos e rótulos
Enterprise Europe Network	Busca de parceiros e orientação sobre direito da UE

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/finlandia>

PAÍS DA UE · EUROPA OCIDENTAL

França: o que os clientes franceses esperam

A França exige francês nos produtos, tem um logotipo próprio de reciclagem e, desde 2017, uma lei de dever de vigilância na cadeia de suprimentos. A NIS2, por outro lado, ainda não foi transposta: o projeto de lei está parado na Assembleia Nacional.

A França como mercado para a América do Sul

A França compra na América do Sul sobretudo produtos agrícolas, matérias-primas e energia: farelo de soja, café, frutas, carne e cobre. Grupos franceses têm presença forte na própria região, no varejo, em energia, construção e na indústria automotiva. Por isso, muitas relações comerciais começam na filial em São Paulo, Santiago ou Bogotá e só depois chegam ao setor de compras em Paris.

Le Havre, que integra o complexo portuário HAROPA PORT com Rouen e Paris, é o maior porto de contêineres da França. Mercadoria para o sul do país também passa por Marselha-Fos. Parte das importações francesas entra por Antuérpia ou Roterdã.

A França é ainda uma das principais defensoras de regras agrícolas e ambientais rígidas na UE. Compradores franceses prestam atenção à origem e às condições de produção de carne, açúcar e grãos, sobretudo desde o debate sobre o [acordo UE-Mercosul](#).

O que é igual em toda a UE e o que vale na França

Alfândega e regras de produto são iguais em toda a UE; o básico está no [guia de exportação](#). A importação fica a cargo da Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Indiretos (DGDDI).

Idioma: a Lei n.º 94-665, de 04/08/1994, sobre o uso da língua francesa, conhecida como Loi Toubon, exige o francês na designação, oferta, descrição e manual de uso das mercadorias. Uma tradução ao lado é permitida. Um rótulo só em espanhol ou inglês não basta no varejo francês.

IVA: a alíquota padrão é de 20 %.

Embalagens e marcação: a Lei n.º 2020-105, contra o desperdício e pela economia circular (Loi AGECE), exige nos produtos com responsabilidade estendida do produtor o logotipo Triman e a Info-tri, uma indicação de como o consumidor deve descartar o produto ou a embalagem. A obrigação é de quem coloca a mercadoria no mercado francês, ou seja, do importador no caso de importações. Ele, porém, muitas vezes vai querer que a marcação já venha na embalagem feita por você. Desde

12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (Regulamento (UE) 2025/40).

NIS2 na França

A França ainda não transpôs a NIS2. O projeto de lei sobre a resiliência das infraestruturas críticas e o reforço da cibersegurança ("loi Résilience") foi aprovado pelo Senado em 12/03/2025. Na Assembleia Nacional, foi retirado de pauta mais uma vez em 06/10/2026, sem nova data. Em 08/07/2026, a Comissão processou a França no Tribunal de Justiça da UE pela falta de transposição.

O órgão responsável será a Agência Nacional de Segurança dos Sistemas de Informação (ANSSI), com o CERT-FR. Ela criou o portal MonEspaceNIS2, no qual as empresas podem fazer um pré-registro voluntário desde 24/11/2025, e publicou em março de 2026 o referencial ReCyF. As duas coisas só se tornam obrigatórias com a lei e os decretos.

Para fornecedores, mesmo assim, pouco muda. Grandes clientes franceses estão se preparando e já colocam cláusulas de segurança nos contratos. Uma pergunta frequente é como você encontra vulnerabilidades. Um relatório do [veyrisk](#) sobre a sua superfície de ataque externa responde a ela com dados atuais. Quem fecha hoje um contrato com uma empresa francesa de energia ou de saúde deve contar com a inclusão posterior das obrigações da NIS2. Mais em [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Commission nationale de l'informatique et des libertés (CNIL). Além do [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#), vale a lei francesa de proteção de dados de 1978, na versão adaptada. A CNIL fiscaliza ativamente e aplica multas com frequência.

Desde a Lei n.º 2017-399, de 27/03/2017, a França tem um dever de vigilância para grandes empresas (Loi relative au devoir de vigilance). Ele vale para sociedades com pelo menos 5.000 empregados na França ou 10.000 no mundo, incluindo as subsidiárias. Elas precisam publicar um plano de vigilância que mapeie riscos para direitos humanos, saúde, segurança e meio ambiente em fornecedores com relação comercial estabelecida. Os afetados podem ir à Justiça. Para você como fornecedor, isso significa questionários sobre condições de trabalho e meio ambiente e, às vezes, auditorias no local. No nível da UE, vem a [CSDDD](#).

O que os clientes franceses costumam exigir

O varejo de alimentos francês em geral exige um certificado IFS; o IFS foi desenvolvido por associações varejistas alemãs e francesas. Para produtos frescos, soma-se o GLOBALG.A.P. Mais em [segurança de alimentos](#).

Para soja, café, cacau e carne bovina, a documentação do [EUDR](#) é obrigatória. Compradores franceses muitas vezes pedem também comprovações sobre defensivos agrícolas e bem-estar animal.

Prestadores de serviços de TI recebem perguntas sobre a [ISO 27001](#) e sobre a localização dos dados. Se a sua documentação de segurança também deve ficar na UE, o [Sightadel](#) é desenvolvido e hospedado na Alemanha e conduz pela ISO 27001 até a auditoria. Com órgãos públicos e operadores de infraestrutura crítica, entram em jogo as qualificações francesas da ANSSI, difíceis de obter para fornecedores de fora da UE.

Um bom ponto de partida para fornecedores de clientes franceses:

1. Mande traduzir rótulos e manuais para o francês e acerte com o importador, incluindo Triman e Info-tri.
2. Prepare respostas sobre condições de trabalho e meio ambiente se o seu cliente estiver sujeito à Loi de vigilance.
3. Mantenha atualizados os certificados IFS ou GLOBALG.A.P. e os documentos do EUDR.

Contatos úteis

ÁREA	ÓRGÃO
Câmaras bilaterais	Rede da CCI France International, entre elas a Câmara de Comércio França-Brasil (CCI França-Brasil) e a CCI France Colombia
Alfândega	Direction générale des douanes et droits indirects (DGDDI)
Cibersegurança	ANSSI, CERT-FR
Proteção de dados	CNIL
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network

Os setores econômicos das embaixadas francesas ajudam em questões de acesso a mercado e contatos. Para rótulos e marcação Triman, o melhor interlocutor é o seu importador, porque a responsabilidade legal é dele.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/franca>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Alemanha: o que os clientes alemães esperam

A Alemanha é a maior economia da UE e tem regras que vão além do direito europeu: uma lei própria de cadeia de suprimentos, um registro público de embalagens e, desde dezembro de 2025, uma lei de NIS2 com obrigação de registro.

A Alemanha como mercado para a América do Sul

Empresas alemãs compram na América do Sul sobretudo matérias-primas e produtos agrícolas: café do Brasil e da Colômbia, farelo de soja para ração, cobre e outros minérios do Chile e do Peru, frutas e carne. Somam-se autopeças para a indústria automotiva, que abastece fábricas próprias de montadoras alemãs no Brasil e na Argentina, e uma parcela crescente de software e serviços de TI.

A carga marítima da América do Sul para clientes alemães passa em geral por Hamburgo, o maior porto do país, por Bremerhaven ou pelos portos ocidentais de Roterdã e Antuérpia-Bruges. Onde a sua mercadoria é desembarçada depende do contrato e do agente de carga. A legislação aduaneira é a mesma em todos os portos.

Compradores alemães são minuciosos. Perguntam cedo por certificados, laudos e contratos e se atêm ao que receberam por escrito. Quem consegue apresentar esses documentos em ordem encurta bastante a homologação como fornecedor.

O que é igual em toda a UE e o que vale na Alemanha

Tarifas, regras de origem e regras de produto são iguais em toda a UE. Uma marcação CE vale em Hamburgo como em Lisboa, e a importação segue o Código Aduaneiro da União. O básico está no [guia de exportação](#). As diferenças nacionais estão sobretudo nos pontos a seguir.

Idioma: o regulamento sobre informação dos alimentos ao consumidor (Regulamento (UE) n.º 1169/2011, art. 15) permite que cada Estado-Membro exija as informações obrigatórias no seu idioma oficial. Para a Alemanha, isso significa rótulo e informações obrigatórias em alemão. Para produtos de consumo, o regulamento de segurança geral dos produtos (Regulamento (UE) 2023/988, art. 9.º, n.º 7) aplica o mesmo princípio a manuais e avisos de segurança.

IVA: a alíquota padrão é de 19 %. Na importação, a alfândega cobra o IVA de importação, que o seu cliente deduz como crédito.

Embalagens: quem coloca pela primeira vez, de forma comercial, mercadoria embalada no mercado alemão precisa se inscrever antes no registro de embalagens LUCID, da Zentrale Stelle Verpackungsregister, e aderir a um sistema dual para embalagens destinadas ao consumidor final (Verpackungsgesetz). Nas importações, em regra é o seu comprador alemão. Defina no contrato quem faz o registro. Só a própria empresa obrigada pode se registrar; um prestador de serviços não pode fazer isso por ela. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (Regulamento (UE) 2025/40).

NIS2 na Alemanha

A Alemanha transpôs a NIS2 com a NIS-2-Umsetzungs- und Cybersicherheitsstärkungsgesetz (NIS2UmsuCG), publicada no diário oficial federal (Bundesgesetzblatt 2025 I Nr. 301) em 05/12/2025 e em vigor desde 06/12/2025. As obrigações estão na nova redação da lei do BSI (BSIG). O órgão responsável é o Bundesamt für Sicherheit in der Informationstechnik (BSI), que também recebe as notificações.

Entidades particularmente importantes e importantes tiveram de se registrar no BSI até 06/03/2026 (§ 33 BSIG). Incidentes significativos são notificados em até 24 horas de forma preliminar e em até 72 horas com uma primeira avaliação (§ 32 BSIG). Não há período de transição para as medidas de segurança do § 30 BSIG.

Para você como fornecedor, o que importa é o § 30, n.º 2, item 4, do BSIG: o seu cliente precisa gerir a segurança da cadeia de suprimentos. Na prática, você recebe um questionário, cláusulas contratuais sobre prazos de notificação e direito de auditoria e, às vezes, o pedido de um certificado. O que a NIS2 exige em geral está na página [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

O [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) vale diretamente, complementado pela lei federal de proteção de dados (Bundesdatenschutzgesetz). A supervisão é dividida no modelo federativo: as empresas são fiscalizadas pela autoridade de proteção de dados do estado onde têm sede. A Comissão Federal para a Proteção de Dados e a Liberdade de Informação (BfDI) responde por órgãos federais e por serviços de telecomunicações e correios. Para o seu cliente em Stuttgart, portanto, o interlocutor é o comissário estadual de Baden-Württemberg; para um cliente em Munique, o Bayerisches Landesamt für Datenschutzaufsicht.

A lei de diligência na cadeia de suprimentos (Lieferkettensorgfaltspflichtengesetz, LkSG) vale desde 01/01/2023 e, desde 2024, para empresas com pelo menos 1.000 empregados no país. Elas precisam analisar riscos a direitos humanos e ao meio ambiente nos fornecedores diretos e tomar medidas corretivas. A fiscalização cabe ao Bundesamt für Wirtschaft und Ausfuhrkontrolle (BAFA). O governo

federal apresentou um projeto que elimina retroativamente a obrigação de relatório e limita as multas a infrações graves (Drucksache 21/2474). Em 11/10/2026 ele ainda não tinha sido aprovado. Os deveres de diligência em si continuam. No longo prazo, a [CSDDD](#) europeia deve substituir a LkSG.

Para você, isso significa contar com um código de conduta para fornecedores, perguntas sobre condições de trabalho e meio ambiente e o direito do cliente de investigar em caso de suspeita.

O que os clientes alemães costumam exigir

Indústria automotiva: quem trata dados, protótipos ou desenhos de montadoras alemãs precisa, quase sempre, de um selo [TISAX](#). Isso vale também para prestadores de engenharia e software houses, por exemplo em Curitiba ou Córdoba, que trabalham para fornecedores do setor.

Varejo de alimentos: o IFS foi desenvolvido por associações varejistas alemãs e francesas. Marcas próprias do varejo alemão costumam exigir um certificado IFS ou outro equivalente reconhecido pela GFSI. Mais em [segurança de alimentos](#).

TI e software: um certificado [ISO 27001](#) responde à maior parte das perguntas dos questionários de NIS2. Se o ISMS ainda não existe, uma plataforma GRC como o [Sightadel](#) conduz pela norma até a auditoria; ela é desenvolvida e hospedada na Alemanha. Muitos clientes alemães perguntam ainda sobre a localização dos dados e sobre subcontratados. Quem monitora continuamente a própria superfície de ataque na internet, por exemplo com o [veyrisk](#), consegue responder a essas perguntas com dados atualizados.

Para matérias-primas agrícolas como café, soja, cacau ou carne bovina, soma-se o [EUDR](#). Importadores alemães pedem a geolocalização das áreas e comprovação de produção livre de desmatamento.

Contatos úteis

ÁREA	ÓRGÃO
Câmaras bilaterais	Câmaras de Comércio e Indústria Alemãs no exterior (AHK) na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela
Alfândega	Generalzolldirektion, informações em zoll.de
Cibersegurança	Bundesamt für Sicherheit in der Informationstechnik (BSI)
Cadeia de suprimentos	Bundesamt für Wirtschaft und Ausfuhrkontrolle (BAFA)
Embalagens	Zentrale Stelle Verpackungsregister (LUCID)

ÁREA	ÓRGÃO
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network, com pontos de contato em todos os estados

A AHK no seu país costuma ser o melhor primeiro contato. Ela conhece os dois sistemas jurídicos, intermedeia parceiros de negócio e organiza missões empresariais à Alemanha.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/alemanha>

PAÍS DA UE · SUL DA EUROPA

Grécia: o que seus clientes esperam

A Grécia compra na América do Sul sobretudo ração, banana e café. A lei grega de NIS2 vale desde novembro de 2024 e obriga as empresas, de forma expressa, a mapear seus fornecedores e vinculá-los por contrato.

A Grécia como mercado para a América do Sul

Segundo o Eurostat, a Grécia importou em 2025 cerca de 1 bilhão de euros em mercadorias da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. Os maiores fornecedores foram o Brasil (0,4 bilhão de euros), a Argentina (0,27 bilhão) e o Equador (0,23 bilhão). No sentido inverso, foram quase 0,2 bilhão de euros.

A lista de produtos é curta e agrícola: farelo de soja da Argentina para a pecuária (cerca de 0,19 bilhão de euros), banana do Equador (0,17 bilhão), café do Brasil (0,17 bilhão), além de soja em grão e fumo em folha do Brasil e camarão do Equador. Quem fornece soja, café ou carne bovina precisa ter à mão a documentação do [EUDR](#).

Com 4,7 milhões de TEU em 2024, o Pireu é um dos maiores portos de contêineres da UE (Eurostat). Nem todo contêiner que chega lá fica na Grécia; para a alfândega, conta o local em que a sua mercadoria é colocada em livre prática na UE.

O que vale em toda a UE e o que é grego

Alfândega, regras de origem, segurança de produtos e legislação de alimentos são direito da UE e iguais em todo lugar; o básico está no [guia de exportação para a UE](#). As principais diferenças nacionais são estas:

- Idioma: o direito da UE permite que cada Estado-Membro defina o idioma das informações obrigatórias em alimentos (art. 15 do Regulamento (UE) 1169/2011). Na Grécia, conte com o grego no rótulo e no manual e resolva cedo a tradução com seu importador.
- Embalagens: como todos os países da UE, a Grécia tem um sistema de responsabilidade estendida do produtor para embalagens. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (UE) 2025/40.
- IVA: alíquota padrão de 24 %, reduzidas de 13 % e 6 %. Em algumas ilhas valem alíquotas menores.

NIS2 na Grécia

A Grécia transpôs a [Diretiva NIS2](#) com a Lei 5160/2024 (diário oficial ΦΕΚ Α' 195 de 27/11/2024), em vigor desde esse dia. O órgão responsável é a Autoridade Nacional de Cibersegurança (Εθνική Αρχή Κυβερνοασφάλειας), que também opera o CSIRT para as notificações. O prazo de registro das entidades abrangidas terminou em 30/09/2025.

Os requisitos mínimos estão em uma decisão ministerial conjunta, a KYA 1689/2025, de maio de 2025. Para fornecedores, o art. 12 é o mais importante: as entidades abrangidas mantêm uma lista de fornecedores e incluem cláusulas de segurança nos contratos. Somam-se testes de intrusão externos pelo menos uma vez por ano e um responsável próprio pela segurança dos sistemas de TI, que não pode acumular a função de encarregado de proteção de dados.

Incidentes significativos devem ser notificados em até 24 horas como alerta inicial; a notificação vem em 72 horas e o relatório final um mês depois. Por isso, o seu cliente grego vai colocar um prazo mais curto no seu contrato.

A lei também responsabiliza a direção. Os órgãos de direção aprovam as medidas de segurança, acompanham sua implementação e participam de treinamentos; os empregados são treinados pelo menos uma vez por ano. Em caso de descumprimento das obrigações de medidas e notificação, entidades essenciais podem ser multadas em até 10 milhões de euros ou 2 % do faturamento anual mundial; entidades importantes, em até 7 milhões de euros ou 1,4 %. Nas entidades essenciais, a autoridade pode fiscalizar mesmo sem motivo específico, no local e com varreduras de segurança.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Quem fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é a Αρχή Προστασίας Δεδομένων Προσωπικού Χαρακτήρα (Hellenic Data Protection Authority). Regras complementares estão na Lei 4624/2019. Em um incidente cibernético com dados pessoais, a autoridade de cibersegurança informa a autoridade de proteção de dados; mesmo assim, a notificação conforme o art. 33 do RGPD continua sendo uma obrigação própria do seu cliente.

A Grécia não tem lei própria de cadeia de suprimentos. A referência será a [CSDDD](#), a ser transposta até 26/07/2028.

O que os clientes gregos costumam exigir

Fábricas de ração e varejistas de alimentos pedem rastreabilidade, análises e um certificado [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#). Para soja da Argentina ou café do Brasil, somam-se os dados de geolocalização para o EUDR.

Prestadores de serviços de TI que trabalham para bancos, distribuidoras de energia ou armadores gregos recebem perguntas que saem diretamente da KYA 1689/2025: há testes de intrusão? Quem responde por incidentes? Como são protegidos os acessos aos sistemas do cliente? Um certificado [ISO 27001](#) facilita as respostas. Para montar o ISMS e guardar as comprovações, há plataformas GRC como o [Sightadel](#), hospedado na Alemanha. O [veyrisk](#) não substitui um teste de intrusão, mas mostra de forma contínua quais dos seus sistemas estão expostos na internet. Para clientes industriais, a [ISO 9001](#) é a base usual.

Contatos úteis

- Enterprise Greece, a agência estatal de investimentos e comércio exterior.
- A Câmara de Comércio e Indústria de Atenas (Εμπορικό και Βιομηχανικό Επιμελητήριο Αθηνών) e as câmaras regionais, por exemplo em Tessalônica e no Pireu.
- O setor comercial da embaixada do seu país em Atenas.
- A Enterprise Europe Network na Grécia.
- A alfândega grega, parte da Autoridade Independente de Receita Pública (ΑΑΔΕ).

Para mercadorias do Mercosul, o [acordo UE-Mercosul](#) vale provisoriamente desde 01/05/2026. A redução tarifária só vem com uma declaração de origem na fatura; combine com seu importador no Pireu ou em Tessalônica quais dados a alfândega grega quer ver.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/grecia>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Hungria: mais rígida que a diretiva

A Hungria tem a maior alíquota de IVA da UE e uma lei de cibersegurança que vai além da NIS2. Para fornecedores da América do Sul, o que mais conta são a indústria automotiva e o setor de alimentos.

A Hungria como mercado para a América do Sul

A Hungria é forte na indústria automotiva: a Audi produz em Győr, a Mercedes-Benz em Kecskemét, a BMW em Debrecen. Somam-se eletrônica, farmacêutica e uma grande indústria de alimentos. Para fornecedores da América do Sul, são duas portas: matérias-primas e insumos para a indústria, e alimentos e rações para processadores e varejo. Os números do comércio com o seu país estão na base de comércio exterior do Eurostat (Comext).

A Hungria não tem saída para o mar. A carga de ultramar chega por portos do Mar do Norte ou do Adriático e segue por trem ou caminhão. Onde é feito o desembarço, quem define são o importador e o agente de carga.

O que é igual em toda a UE e o que vale no país

Alfândega e regras de produto são uniformes na UE. Um produto vendido legalmente em um Estado-Membro pode, em princípio, ser vendido também na Hungria. O básico está no guia [Exportar para a UE](#).

A Hungria, porém, tem algumas particularidades:

- **Idioma:** informações de produto para consumidores devem estar em húngaro. Em mercadoria importada, muitas vezes basta uma etiqueta em húngaro colada sobre o rótulo original. Combine com seu importador quem a aplica.
- **Embalagens:** desde 01/07/2023, a gestão de resíduos está concedida à MOHU MOL Hulladékgazdálkodási Zrt. Fabricantes e quem coloca o produto pela primeira vez no mercado pagam taxas à MOHU no âmbito da responsabilidade estendida do produtor. Para embalagens de bebidas há ainda um sistema de depósito.
- **Impostos:** a alíquota padrão do IVA é de 27 %, a mais alta da UE. A moeda é o forint (HUF).
- **Órgãos:** alfândega e impostos ficam com a Nemzeti Adó- és Vámhivatal (NAV).

Os 27 % de IVA assustam muitos exportadores, mas raramente afetam você de forma direta nas vendas entre empresas. Nas mercadorias, o importador paga o IVA de importação na alfândega e o recupera como crédito. Em serviços prestados a empresas húngaras, você emite a fatura sem imposto húngaro; o seu cliente recolhe o imposto pelo mecanismo de autoliquidação (art. 196 da Diretiva IVA). É diferente se você vende diretamente a consumidores. Nesse caso, em regra, precisa de registro fiscal na UE.

NIS2 na Hungria

A Hungria transpôs a [NIS2](#) com a Lei 2024. évi LXIX. törvény Magyarország kiberbiztonságáról, em vigor desde 01/01/2025; os detalhes estão no decreto governamental 418/2024. (XII. 23.). Uma lei de alteração redefiniu o âmbito de aplicação com efeito a partir de 06/01/2026. Por isso, confira sempre a versão atual.

Para empresas dos setores da NIS2, o órgão responsável é a Szabályozott Tevékenységek Felügyeleti Hatósága (SZTFH). O CSIRT nacional é o Instituto Nacional de Cibersegurança (NKI), ligado ao Nemzetbiztonsági Szakszolgálat. As empresas abrangidas precisam se registrar na SZTFH em até 30 dias após o início da atividade ou após entrarem no âmbito de aplicação.

A lei húngara exige mais que a diretiva. Cada sistema eletrônico de informação precisa ser classificado em uma de três classes de segurança, e auditores credenciados verificam com regularidade se as medidas foram implementadas. Há ainda uma taxa anual de supervisão. Para o seu cliente, isso é caro e trabalhoso, e ele vai repassar parte do esforço aos prestadores de serviços. Quem opera sistemas para uma fábrica húngara, por exemplo como prestador de TI em São Paulo, deve contar com perguntas do auditor também sobre os seus processos.

Para essas auditorias, tenha pronta uma lista dos seus subcontratados, suas regras de acesso e comprovantes de backup. Se esses documentos já estão em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), você os entrega ao auditor sem montar tudo de novo. No Sightadel, um auditor pode receber um acesso próprio, sem permissão para excluir dados. Em inglês, isso costuma bastar para o primeiro passo.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Vale o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). A autoridade de supervisão é a Nemzeti Adatvédelmi és Információszabadság Hatóság (NAIH), em Budapeste. Se você trata dados pessoais para um cliente húngaro, precisa de um contrato de tratamento de dados conforme o art. 28 do RGPD e, sem decisão de adequação para o seu país, de cláusulas contratuais-padrão.

A Hungria não tem lei própria de cadeia de suprimentos. As grandes montadoras alemãs no país, porém, aplicam seus códigos de conduta para fornecedores e os impõem por contrato. O que vale no nível da UE você encontra na página da [CSDDD](#).

O que os clientes húngaros costumam exigir

Nas fábricas da Audi, Mercedes-Benz e BMW e nos seus fornecedores, o [TISAX](#) é a comprovação usual de segurança da informação. Em qualidade, a [ISO 9001](#) e, no setor automotivo, a IATF 16949 são o padrão.

Se você fornece alimentos, como suco concentrado do Chile ou carne do Uruguai, processadores e redes varejistas pedem certificados como IFS ou BRCGS ([segurança de alimentos](#)). Prestadores de serviços de TI recebem perguntas sobre a [ISO 27001](#), até porque os próprios clientes húngaros podem estar sujeitos à auditoria obrigatória.

Contatos úteis

- A agência húngara de exportação HEPA trabalha com a rede de adidos econômicos do Ministério das Relações Exteriores e com a Enterprise Europe Network.
- A Magyar Kereskedelmi és Iparkamara (MKIK) é a câmara nacional de comércio e indústria.
- As embaixadas húngaras na América do Sul fazem a ponte com órgãos públicos e associações.
- Para questões aduaneiras, o órgão responsável é a NAV.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/hungria>

PAÍSES DA UE · NOROESTE DA EUROPA

Irlanda: o que os clientes irlandeses esperam

Muitos grupos internacionais de tecnologia e farmacêuticos comandam seus negócios na UE a partir da Irlanda. Quem fornece software ou serviços para eles lida com regras de compra rígidas, embora a Irlanda ainda não tenha transposto a NIS2.

A Irlanda como mercado para a América do Sul

Para exportadores de mercadorias da América do Sul, a Irlanda é um mercado relativamente pequeno. Dublin Port é o maior porto do país; boa parte da carga marítima chega em balsas e rotas curtas vindas da Grã-Bretanha e do continente.

A Irlanda é interessante para prestadores de serviços. Muitas empresas internacionais de tecnologia, farmacêuticas e de dispositivos médicos têm sede europeia ou grandes unidades na Irlanda. De lá, contratam desenvolvimento de software, atendimento ao cliente, processamento de dados e moderação de conteúdo. Um call center em Bogotá que atende clientes de língua espanhola e portuguesa para uma empresa em Dublin é um exemplo típico.

Como o inglês é a língua dos negócios, a entrada é mais fácil do que em muitos outros países da UE. Em compensação, as exigências de proteção de dados e segurança são altas, porque as unidades irlandesas estão sob o olhar da autoridade e das matrizes.

O que é igual em toda a UE e o que vale na Irlanda

Alfândega e regras de produto são uniformes na UE; o básico está no [guia de exportação](#). A autoridade aduaneira é a administração tributária Revenue. Desde o Brexit, mercadoria que chega à Irlanda pela Grã-Bretanha sai da UE e precisa ser desembaraçada de novo na importação para a Irlanda, a não ser que siga em trânsito sob controle aduaneiro.

Idioma: na prática, rótulos e manuais na Irlanda são em inglês. O regulamento sobre informação dos alimentos ao consumidor (Regulamento (UE) n.º 1169/2011, art. 15) permite que os Estados-Membros exijam seus idiomas oficiais.

IVA: a alíquota padrão é de 23 %.

Embalagens: na Irlanda, a responsabilidade do produtor por embalagens fica com a Repak, a organização de recolhimento autorizada. A obrigação é de quem coloca mercadoria embalada no

mercado irlandês; nas importações, em regra, o importador. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento europeu de embalagens (Regulamento (UE) 2025/40).

NIS2 na Irlanda

A Irlanda não transpôs a NIS2 no prazo. Até agora só foi publicado o General Scheme of the National Cyber Security Bill 2024, o esboço das linhas gerais, de 30/08/2024. Em 11/10/2026, o projeto de lei ainda não tinha sido apresentado ao Parlamento; o governo o lista como prioritário para o outono europeu de 2026. Por isso, em julho de 2026, a Comissão processou a Irlanda no Tribunal de Justiça da UE.

Até lá, valem as regras da NIS1 (S.I. No. 360/2018) para os operadores de serviços essenciais já designados. No futuro, o National Cyber Security Centre (NCSC) deve ser a autoridade competente e o CSIRT nacional, ao lado de supervisores setoriais como o Central Bank of Ireland para bancos e a ComReg para infraestrutura digital. Segundo o NCSC, um portal de registro e notificação só existirá após a entrada em vigor da lei.

Em 07/10/2026, o governo publicou a National Cyber Security Strategy 2030. O NCSC também adotou o referencial belga CyberFundamentals (CyFun) como esquema nacional de avaliação; as certificações devem começar provavelmente em 2027. Segundo o NCSC, porém, uma comprovação CyFun não vale como prova de conformidade com a NIS2.

Para fornecedores, o atraso quase não se sente. Grupos com sede na Irlanda aplicam as exigências da NIS2 em toda a organização, porque elas já valem em outros países da UE. Empresas financeiras, além disso, estão sujeitas ao [DORA](#). Mais em [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Data Protection Commission (DPC). Como muitas grandes empresas de tecnologia têm o estabelecimento principal na UE na Irlanda, a DPC é, pelo mecanismo de balcão único, a autoridade principal para elas em toda a UE. Por isso, suas decisões pesam muito além da Irlanda.

Para você, isso significa: quem trata dados pessoais para uma dessas empresas recebe um contrato detalhado de tratamento de dados conforme o art. 28 do [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#), cláusulas contratuais-padrão para a transferência, se o seu país não tiver decisão de adequação, e auditorias periódicas.

A Irlanda não tem lei própria de cadeia de suprimentos. A referência será a [CSDDD](#) europeia.

O que os clientes irlandeses costumam exigir

Clientes de tecnologia esperam quase sempre um certificado [ISO 27001](#) ou um relatório SOC 2, muitas vezes os dois. Grupos com matriz nos EUA tendem a pedir SOC 2. A página [SOC 2 ou ISO 27001](#) ajuda na escolha.

Se você precisar dos dois, uma plataforma GRC como o [Sightadel](#) cobre SOC 2 e ISO 27001 e reaproveita o trabalho de um marco no outro.

Clientes farmacêuticos e de dispositivos médicos exigem gestão da qualidade pela [ISO 9001](#) ou por normas específicas do setor e auditam os fornecedores no local.

Prestadores que usam IA, por exemplo em moderação de conteúdo ou preparação de dados, recebem cada vez mais perguntas sobre o [Regulamento da IA](#). Para estruturar essas respostas, o [Sightadel](#) traz o EU AI Act e a ISO 42001 como marcos.

Um bom ponto de partida para prestadores de clientes irlandeses:

1. Peça cedo o modelo de contrato e o questionário de segurança do grupo; em geral, os dois são padronizados no mundo todo.
2. Verifique se o seu país tem decisão de adequação da UE. Caso contrário, você precisa de cláusulas contratuais-padrão e de uma avaliação de impacto da transferência.
3. Escolha entre SOC 2 e ISO 27001 conforme o que os seus clientes mais importantes pedem.
4. Monte um processo de notificação de violações de dados e incidentes de segurança que cumpra os prazos contratuais.

Contatos úteis

ÁREA	ÓRGÃO
Agência comercial	Enterprise Ireland, escritório em São Paulo para a América Latina
Alfândega	Revenue (Irish Tax and Customs)
Cibersegurança	National Cyber Security Centre (NCSC)
Proteção de dados	Data Protection Commission (DPC)
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network

Os primeiros contatos passam pelo escritório da Enterprise Ireland em São Paulo e pelas embaixadas irlandesas na região.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/irlanda>

PAÍS DA UE · SUL DA EUROPA

Itália: o que seus clientes esperam lá

A Itália compra na América do Sul sobretudo matérias-primas para a própria indústria: café para as torrefações, celulose para papel, cobre e ouro. A lei da NIS2 vale desde outubro de 2024, e a autoridade agora está apertando os prazos.

A Itália como mercado para a América do Sul

Segundo o Eurostat, a Itália importou em 2025 cerca de 10,6 bilhões de euros em mercadorias de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, e exportou 10,8 bilhões de euros para esses países. O comércio está, portanto, quase equilibrado. O principal parceiro é o Brasil, com importações de 5,3 bilhões de euros.

No topo das importações está o café, mais de 90 % vindo do Brasil (1,4 bilhão de euros no total). Depois vêm celulose do Brasil e do Uruguai (1,1 bilhão), ouro da Colômbia e do Peru, cobre refinado do Peru e do Chile, farelo de soja da Argentina, soja em grão do Brasil, bananas da Colômbia e do Equador, camarão do Equador e da Argentina e carne bovina da Argentina e do Uruguai. Café, soja, gado e produtos de madeira como a celulose estão sujeitos ao [EUDR](#).

O maior porto de contêineres é Gioia Tauro, na Calábria, com 5,8 milhões de TEU em 2024, seguido de Gênova e La Spezia (Eurostat).

O que vale em toda a UE e o que é italiano

Direito aduaneiro, tarifa aduaneira, regras de origem e a legislação harmonizada de produtos são iguais em toda a UE; veja mais no [guia de exportação para a UE](#). A Itália acrescenta algumas obrigações próprias:

- Idioma: pelo art. 9 do Codice del consumo (D.Lgs. 206/2005), as informações ao consumidor precisam estar pelo menos em italiano. Se aparecerem também em outros idiomas, o texto em italiano não pode ser menor nem menos legível.
- Rotulagem ambiental de embalagens: o art. 219, parágrafo 5, do código ambiental (D.Lgs. 152/2006) exige informações sobre o material da embalagem e orientações de descarte. As diretrizes técnicas do Ministério do Meio Ambiente valem desde 01/01/2023. Para o exportador, isso quer dizer que a embalagem precisa de códigos de material e, em produtos para o consumidor, também de orientações de descarte em italiano.

- Responsabilidade do produtor: para embalagens, o responsável é o consórcio nacional CONAI. Combine com o seu importador quem paga a contribuição ambiental pelas suas embalagens. Desde 12/08/2026 vale ainda o regulamento de embalagens da UE, (UE) 2025/40.
- IVA: alíquota padrão de 22 %, reduzidas de 10 %, 5 % e 4 %.

NIS2 na Itália

A Itália transpõe a [diretiva NIS2](#) com o Decreto legislativo 138/2024, em vigor desde 16/10/2024. A autoridade competente é a Agenzia per la cybersicurezza nazionale (ACN), e as notificações vão para o CSIRT Italia. As entidades abrangidas se registram todo ano entre 1º de janeiro e 28 de fevereiro no portal da ACN; a próxima janela abre em 01/01/2027.

A ACN definiu as medidas básicas na Determinazione 379907/2025, separadas para entidades essenciais e importantes. Para as entidades incluídas na lista em 2025, o prazo de implementação está terminando agora (18 meses após a comunicação, ou seja, por volta de outubro de 2026). Prazos de notificação: 24 horas para o alerta inicial, 72 horas para a notificação e um mês para o relatório final. Em abril de 2026, a ACN criou também um procedimento para identificar fornecedores relevantes que passam a ser tratados como entidades importantes ou essenciais (art. 18 da Determinazione 127437/2026).

Essa classificação mira fornecedores que atuam na Itália. Como fornecedor sul-americano, você sente a NIS2 pelos seus clientes: quem presta serviços de TI a uma empresa italiana de energia, transporte ou indústria recebe perguntas sobre a organização da segurança e cláusulas contratuais com prazos de notificação.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Quem fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é o Garante per la protezione dei dati personali, em Roma. Complementa o regulamento o Codice in materia di protezione dei dati personali (D.Lgs. 196/2003), adaptado ao RGPD pelo D.Lgs. 101/2018.

A Itália não tem uma lei própria de cadeia de suprimentos. A referência passa a ser a [CSDDD](#), que deve ser transposta até 26/07/2028. Na prática, os fornecedores já sentem hoje o D.Lgs. 231/2001, que trata da responsabilidade das empresas por crimes: muitas empresas italianas adotam um modelo organizacional com base nessa lei e pedem que os fornecedores assinem seu código de ética.

O que os clientes italianos costumam exigir

Torrefações e fabricantes de alimentos exigem rastreabilidade até a fazenda e, no caso de café de Minas Gerais ou de Huila, agora também com dados de geolocalização para o EUDR. O varejo normalmente espera uma certificação [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#). Fabricantes de papel perguntam, na celulose, pela origem da madeira e por certificações florestais.

Clientes industriais trabalham com [ISO 9001](#) e, cada vez mais, com [ISO 14001](#). Prestadores de software e TI recebem questionários baseados na NIS2 e na [ISO 27001](#). Uma plataforma GRC como o [Sightadel](#) ajuda a responder com comprovações que você reaproveita de um cliente para o outro. Muitos clientes também verificam de fora quais sistemas o fornecedor deixa expostos na internet. Quem faz essa verificação antes, por exemplo com o [veyrisk](#), chega à conversa com as falhas já corrigidas.

Contatos

- As câmaras de comércio italianas no exterior (Camere di Commercio Italiane all'Estero), coordenadas pela Assocamerestero. Na América do Sul existem, entre outros lugares, na Argentina (Buenos Aires e Rosário), no Chile e no Equador.
- O setor comercial da embaixada do seu país em Roma.
- A Enterprise Europe Network, com parceiros em todas as regiões da Itália.
- A alfândega italiana: Agenzia delle Dogane e dei Monopoli (ADM).

Para mercadorias do Mercosul, o [acordo UE-Mercosul](#) é aplicado provisoriamente desde 01/05/2026; Chile, Colômbia, Peru e Equador têm acordos comerciais próprios com a UE.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/italia>

PAÍS DA UE · PAÍSES BÁLTICOS

Letônia: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Letônia transpõe a NIS2 cedo e define com mais detalhe do que a maioria dos países da UE o que um contrato de TI precisa conter. Desde outubro de 2026 há também uma regra sobre onde os sistemas abrangidos podem ser hospedados.

A Letônia como mercado para a América do Sul

A Letônia é um mercado pequeno, mas um polo logístico. O porto livre de Riga, junto com Ventspils e Liepāja, liga o Mar Báltico ao interior. Para exportadores sul-americanos, os importadores letões interessam sobretudo como distribuidores para toda a região báltica: vinho de Mendoza, frutas do Chile ou café de Minas Gerais costumam ir para um atacadista que abastece Letônia, Lituânia e Estônia ao mesmo tempo.

Contêineres vindos da América do Sul em geral não chegam direto a Riga. Passam por um porto de transbordo na Europa Ocidental e seguem em navio alimentador. O desembarço aduaneiro acontece onde a mercadoria entra na UE.

O que é igual em toda a UE e o que vale em nível nacional

Alfândega e legislação de produtos são uniformes na UE. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente, também para mercadorias com destino à Letônia. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

Ficam a cargo do país o idioma das informações ao consumidor (letão), o IVA (alíquota padrão de 21 %) e as embalagens. Pela lei do imposto sobre recursos naturais (Dabas resursu nodokļa likums), a Letônia cobra um imposto sobre embalagens. Fica isento quem cumpre as metas de reciclagem e adere a um sistema de responsabilidade estendida do produtor ou opera um próprio. O contribuinte é quem coloca a mercadoria embalada no mercado letão, normalmente o seu importador. Desde 12/08/2026 vale ainda o regulamento de embalagens da UE, (UE) 2025/40.

NIS2 na Letônia

A lei letã de transposição se chama Nacionālās kibernetiskās likums (Lei Nacional de Cibersegurança). Foi promulgada em 04/07/2024 e vale desde 01/09/2024; uma alteração entrou em vigor em 18/06/2026. Os detalhes estão no Regulamento do Gabinete nº 397, sobre requisitos

mínimos de cibersegurança.

O órgão competente é o Centro Nacional de Cibersegurança (Nacionālais kibernetiskās drošības centrs, NKDC), ligado ao Ministério da Defesa. Os incidentes são comunicados ao CERT.LV. Os prazos seguem a diretiva: alerta inicial em 24 horas, notificação em 72 horas, relatório final após um mês. Toda empresa abrangida precisa nomear um responsável pela cibersegurança (kibernetiskās pārvardnieks) e entregar periodicamente uma autoavaliação.

Para fornecedores, a Letônia é mais rigorosa do que a diretiva. O Regulamento nº 397 determina o que um contrato de terceirização deve conter: direitos de auditoria do cliente, inclusive sobre logs, comunicação de incidentes pelo prestador, regras para subcontratados e confidencialidade. Antes de fechar o contrato, são necessárias uma avaliação de risco e uma estratégia de saída, e o responsável pela cibersegurança do cliente precisa dar sua aprovação.

Desde 01/10/2026 vale o Regulamento do Gabinete nº 602: os sistemas de informação das empresas abrangidas, em princípio, só podem operar em data centers de países da OTAN, da UE, da EFTA ou dos quatro países parceiros da OTAN no Indo-Pacífico, e o tratamento dos dados também precisa acontecer ali. Um data center na América do Sul não se enquadra. Se você hospeda sistemas para um cliente letão, defina a localização antes de enviar a proposta.

Mais sobre a diretiva na página da [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Datu valsts inspekcija (Inspeção Estatal de Dados). Ela fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) na Letônia. Quem trata dados pessoais por conta de um cliente letão precisa de um contrato de tratamento de dados e, se os dados forem transferidos para um país sem decisão de adequação, de cláusulas contratuais padrão. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países os dados podem ir sem cláusulas contratuais padrão. Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não têm decisão.

A Letônia não tem uma lei nacional de cadeia de suprimentos. Os deveres de diligência em direitos humanos e meio ambiente chegam até você pelos grandes compradores europeus e, no futuro, pela [CSDDD](#). Para madeira, café, soja e carne bovina vale o [EUDR](#).

O que os clientes letões costumam exigir

Em serviços de TI, os contratos refletem o Regulamento nº 397. Conte com cláusulas sobre direitos de auditoria, acesso a logs, comunicação de incidentes e subcontratados, e com perguntas sobre

onde ficam os seus servidores. Na avaliação de risco, alguns clientes também querem ver quais dos seus sistemas estão acessíveis pela internet; um relatório do [veyrisk](#) mostra exatamente isso. Um certificado [ISO 27001](#) facilita a avaliação de risco, mas não substitui as cláusulas contratuais. Para organizar direitos de auditoria, comunicação de incidentes e avaliação de subcontratados como comprovações do seu ISMS, você pode usar uma plataforma GRC como o [Sightadel](#).

Varejistas de alimentos e atacadistas pedem as comprovações de sempre: uma norma reconhecida pela GFSI, como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#), certificados de análise e rastreabilidade. Muitos compradores letões trabalham para redes varejistas da Escandinávia ou da Lituânia e adotam as regras de fornecedores delas.

Como proceder:

1. Pergunte ao seu cliente letão se ele está sujeito à lei de cibersegurança e em que classe de segurança seus sistemas se enquadram.
2. Verifique onde estão os seus servidores e, se for preciso, planeje uma localização na UE.
3. Prepare anexos contratuais sobre direitos de auditoria, logs e subcontratados, em vez de esperar a minuta do cliente.
4. Combine com o seu importador quem paga o imposto sobre recursos naturais incidente sobre as embalagens.

Contatos

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Valsts ieņēmumu dienests (VID)	administração tributária e aduaneira
Nacionālais kibernetiskās drošības centrs, CERT.LV	cibersegurança e incidentes
ProChile, escritório de Estocolmo	responsável também pela Letônia, para exportadores chilenos
Enterprise Europe Network	busca de parceiros e orientação sobre o direito da UE

Não encontramos uma câmara de comércio bilateral entre a Letônia e algum país sul-americano. O primeiro contato é o setor comercial da embaixada do seu país responsável pela Letônia; muitas vezes ele atende vários países da região.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/letonia>

PAÍS DA UE · PAÍSES BÁLTICOS

Lituânia: o que os clientes esperam dos fornecedores

Você chega à Lituânia por um único porto marítimo, Klaipėda, e muitas vezes por atacadistas que abastecem toda a região báltica. Desde março de 2026 existe uma nova câmara de comércio com o Brasil.

A Lituânia como mercado para a América do Sul

A Lituânia tem um setor de alimentos e de logística forte. Muitos importadores e redes varejistas abastecem, a partir de Vilnius ou Kaunas, também a Letônia e a Estônia. Para um exportador de vinho de Mendoza ou um comerciante de frutas do Valle de Aconcagua, um atacadista lituano pode ser a porta de entrada para três mercados.

Klaipėda é o único porto marítimo do país. Os contêineres da América do Sul costumam passar por um porto de transbordo na Europa Ocidental e depois seguem em navio alimentador. O desembarço aduaneiro acontece onde a mercadoria entra na UE.

Em março de 2026, o Ministério das Relações Exteriores da Lituânia saudou a criação de uma Câmara de Comércio Lituano-Brasileira, iniciativa do cônsul honorário da Lituânia no Brasil.

O que é igual em toda a UE e o que vale em nível nacional

Alfândega e legislação de produtos são iguais em toda a UE. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente; a preferência tarifária vale também para mercadorias com destino à Lituânia. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

Ficam a cargo do país o idioma das informações ao consumidor (lituano), o IVA (alíquota padrão de 21 %) e o registro de embalagens. Fabricantes e importadores de embalagens e de alguns outros produtos precisam se registrar no sistema estatal de informação GPAIS e declarar ali as quantidades. Empresas estrangeiras podem se registrar por meio de um representante. Em geral quem cuida disso é o seu importador lituano, porque é ele quem coloca a mercadoria no mercado. Desde 12/08/2026 vale ainda o regulamento de embalagens da UE, (UE) 2025/40.

NIS2 na Lituânia

A Lituânia reformulou sua lei de cibersegurança (Kibernetinio saugumo įstatymas nº XII-1428) com a Lei nº XIV-2902. A nova redação vale desde 18/10/2024, e a alteração mais recente (nº XV-1076)

desde julho de 2026. Os detalhes estão na Resolução do Governo nº 945, de 2024, que inclui uma descrição dos requisitos de cibersegurança com referência à ISO/IEC 27002.

O órgão competente é o Centro Nacional de Cibersegurança (Nacionalinis kibernetinio saugumo centras, NKSC), ligado ao Ministério da Defesa. Ele mantém o registro das empresas abrangidas, recebe as notificações e aplica multas. Uma particularidade: as obrigações só valem a partir da inscrição no registro. A partir daí, a empresa tem doze meses para implementá-las, ou 24 meses para alguns requisitos técnicos.

Incidentes significativos precisam ser comunicados ao NKSC em até 24 horas como alerta inicial e em até 72 horas como notificação; o relatório final vem após um mês. Os órgãos de direção têm de fazer um treinamento em cibersegurança a cada dois anos, e a cada três anos é obrigatória uma auditoria independente.

Enquanto a UE não detalha o assunto, a Lituânia define com limites próprios quando um incidente é significativo. Entre eles estão uma interrupção de duas horas ou mais, 1.000 usuários afetados ou 25 % dos usuários (o que for menor) e um prejuízo financeiro a partir de 500.000 EUR ou 5 % do faturamento do ano anterior. São limites baixos. Uma queda de algumas horas no seu serviço já pode obrigar o seu cliente a notificar o NKSC, e ele vai querer saber quando você o avisou.

Ponto importante para fornecedores: a descrição dos requisitos tem regras próprias sobre a cadeia de suprimentos e sobre o conteúdo dos contratos. O seu cliente lituano precisa incluí-las no contrato com você. Mais sobre a diretiva na página da [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Valstybinė duomenų apsaugos inspekcija (VDAI, Inspeção Estatal de Proteção de Dados). Ela fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) e, pela lei de cibersegurança, também participa da política de cibersegurança. Para você valem as obrigações de sempre: contrato de tratamento de dados, lista de medidas e cláusulas contratuais padrão se o seu país não tiver decisão de adequação. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países os dados podem ir sem cláusulas contratuais padrão. Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não têm decisão.

A Lituânia não tem uma lei própria de cadeia de suprimentos. As exigências sobre direitos humanos e meio ambiente chegam pelos grandes compradores e, no futuro, pela [CSDDD](#). Para madeira, café, soja e carne bovina vale o [EUDR](#).

O que os clientes lituanos costumam exigir

No varejo de alimentos, as grandes redes pedem uma norma reconhecida pela GFSI, como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#), certificados de análise e rastreabilidade completa. As informações obrigatórias precisam estar em lituano na embalagem. Defina antes do primeiro embarque se você fornece o rótulo ou se o importador aplica uma etiqueta complementar.

Prestadores de serviços de TI recebem anexos contratuais baseados na descrição de requisitos lituana e na [ISO 27001](#): direitos de acesso, autenticação multifator, backup, canais de notificação. Como a descrição lituana se apoia na ISO/IEC 27002, um ISMS montado pela ISO 27001, por exemplo no [Sightadel](#), já cobre boa parte desses anexos. Quem fornece para bancos ou instituições de pagamento lituanos recebe ainda cláusulas do [DORA](#).

Como proceder:

1. Pergunte ao seu cliente lituano se ele está inscrito no registro do NKSC e desde quando; os prazos dele dependem disso.
2. Defina quem declara as embalagens no GPAIS.
3. Entregue rótulos em lituano ou combine por escrito o uso de etiquetas complementares.
4. Para serviços de TI, tenha à mão comprovações sobre direitos de acesso, backup e canais de notificação.

Contatos

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Câmara de Comércio Lituano-Brasileira (fundada em 2026)	contatos entre Lituânia e Brasil
Muitinės departamentas	administração aduaneira lituana
Nacionalinis kibernetinio saugumo centras (NKSC)	cibersegurança e incidentes
GPAIS	registro de embalagens e produtos
ProChile, escritório de Estocolmo	responsável também pela Lituânia, para exportadores chilenos
Enterprise Europe Network	busca de parceiros e orientação sobre o direito da UE

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/lituania>

PAÍS DA UE · EUROPA OCIDENTAL

Luxemburgo: o que os clientes luxemburgueses esperam

Luxemburgo é pequeno, mas é um dos grandes centros financeiros da Europa. Para empresas sul-americanas, o país interessa sobretudo como cliente de software, dados e serviços, e ali valem ao mesmo tempo a NIS2 e o DORA.

Luxemburgo como mercado para a América do Sul

Luxemburgo não tem porto marítimo, e o comércio de mercadorias com a América do Sul é pequeno em comparação com os países vizinhos. Mercadorias para clientes luxemburgueses costumam entrar na UE por outro porto e chegam ao país de caminhão ou trem.

O que pesa mais é o centro financeiro. Bancos, gestoras de fundos, seguradoras e prestadores de serviços de pagamento têm aqui sua sede na UE e contratam software, análise de dados e operação de TI no mundo inteiro. Uma equipe de desenvolvimento em Buenos Aires que cria software de reporting para fundos, ou um operador de data center em Santiago com clientes bancários europeus, encontra compradores em Luxemburgo. Esses clientes são fortemente regulados e repassam suas obrigações aos prestadores.

Há ainda indústria e logística, por exemplo no processamento de aço e no frete aéreo. Empresas industriais luxemburguesas também compram matérias-primas e insumos da América do Sul.

O que é igual em toda a UE e o que vale em Luxemburgo

Alfândega e legislação de produtos são uniformes na UE; os detalhes estão no [guia de exportação](#). O órgão competente é a Administration des douanes et accises.

Idioma: a lei de 24/02/1984 sobre o regime de idiomas define o luxemburguês como língua nacional e o francês, o alemão e o luxemburguês como línguas administrativas. No comércio, o comum é francês e alemão. Combine com o seu comprador em que idioma devem estar o rótulo e as instruções. O regulamento de informação ao consumidor sobre alimentos (Regulamento (UE) nº 1169/2011, art. 15) deixa essa decisão aos Estados-Membros.

IVA: a alíquota padrão é de 17 %, a mais baixa da UE.

Embalagens: para embalagens domésticas, a organização autorizada é a Valorlux, à qual aderem as empresas que colocam mercadorias embaladas no mercado luxemburguês. Desde 12/08/2026 vale

ainda o regulamento de embalagens da UE (Regulamento (UE) 2025/40).

NIS2 em Luxemburgo

Luxemburgo transpôs a NIS2 com a lei de 05/05/2026 sobre medidas para um elevado nível de cibersegurança (Mémorial A nº 225, publicado em 06/05/2026). Ela vale desde 10/05/2026 e segue a diretiva quase artigo por artigo.

O órgão competente é o Institut Luxembourgeois de Régulation (ILR). Para bancos e infraestruturas do mercado financeiro, assim como para infraestrutura digital e serviços de TIC sob sua supervisão, a competência é da Commission de surveillance du secteur financier (CSSF). O CSIRT do setor privado é o CIRCL; para o Estado e as entidades críticas, o GOVCERT.LU. Incidentes significativos vão para a autoridade competente: alerta inicial em 24 horas, notificação em 72 horas. O prazo para o autorregistro no portal do ILR terminou em 10/07/2026. Os regulamentos do ILR sobre critérios de notificação e medidas estavam em consulta no meio de 2026; ainda não se sabe se já foram publicados.

Para fornecedores, o que conta é a obrigação do cliente de gerenciar os riscos da sua cadeia de suprimentos. Com prestadores de TI, esse é o caso normal. Mais em [NIS2](#).

Em caso de violação das obrigações de segurança e de notificação, entidades essenciais podem ser multadas em até 10 milhões de EUR ou 2 % do faturamento anual mundial, e entidades importantes em até 7 milhões de EUR ou 1,4 %. A lei também permite proibir temporariamente diretores de entidades essenciais de exercer funções de gestão.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Commission nationale pour la protection des données (CNPD). Ela fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). Quem trata dados para um banco ou um fundo luxemburguês assina um contrato de tratamento de dados e, em transferências para fora da UE, precisa apresentar cláusulas contratuais padrão ou uma decisão de adequação.

Com clientes financeiros entra também o [DORA](#). Bancos, fundos e seguradoras precisam manter seus prestadores de TIC em um registro de informações, firmar contratos com conteúdo mínimo e ter estratégias de saída. Conte com direitos de auditoria da CSSF, exigências sobre subcontratados e deveres de notificação de incidentes.

Luxemburgo não tem uma lei própria de cadeia de suprimentos. A referência passa a ser a [CSDDD](#) europeia.

O que os clientes luxemburgueses costumam exigir

Clientes financeiros quase sempre pedem um certificado [ISO 27001](#) ou um relatório SOC 2, além de comprovações sobre planos de contingência e testes de intrusão. Como complemento aos testes de intrusão, o [veyrisk](#) verifica de fora, de forma contínua, a sua superfície de ataque e gera um relatório que o cliente consegue ler. A página [SOC 2 ou ISO 27001](#) explica a diferença.

Conteúdos típicos de contrato: local do tratamento dos dados, lista de subcontratados, prazos de notificação de poucas horas, direitos de auditoria para o cliente e o supervisor, regras de rescisão e de transição. Se a sua documentação de compliance também deve ficar na UE, o [Sightadel](#) é hospedado na Alemanha e traz DORA, ISO 27001 e SOC 2 como marcos.

Clientes industriais perguntam pela [ISO 9001](#) e, no caso de aço, alumínio ou fertilizantes, por dados de emissões para o [CBAM](#).

Um bom ponto de partida para prestadores de clientes luxemburgueses:

1. Pergunte se o seu cliente está sujeito à NIS2, ao DORA ou aos dois, e peça cedo a minuta do contrato.
2. Documente onde ficam os dados e quais subcontratados você usa.
3. Estruture um processo de notificação que leve incidentes ao cliente em poucas horas.
4. Decida se a ISO 27001 ou o SOC 2 convence seus clientes mais rápido e planeje a auditoria.

Contatos

ÁREA	ÓRGÃO
Câmara bilateral	Belgalux, Câmara de Comércio Belgo-Luxemburguesa-Brasileira em São Paulo
Câmara de comércio	Chambre de Commerce Luxembourg
Alfândega	Administration des douanes et accises
Cibersegurança	ILR, CSSF (setor financeiro), CIRCL
Proteção de dados	CNPD
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network

A Chambre de Commerce também organiza missões empresariais ao Brasil. Quem fala com a CSSF normalmente é o seu cliente; você fornece a ele a documentação para isso.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/luxemburgo>

PAÍS DA UE · SUL DA EUROPA

Malta: o que os seus clientes esperam

Para quem exporta bens, Malta é um mercado pequeno. Para empresas de software e serviços de TI, a ilha é mais interessante: instituições financeiras e operadoras de jogos sediadas em Malta compram no mundo todo, e o inglês é idioma oficial.

Malta como mercado para a América do Sul

O comércio de bens com a América do Sul é pequeno. Segundo o Eurostat, Malta importou em 2025 cerca de 42 milhões de euros em mercadorias da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai, dos quais 30 milhões de euros do Brasil. Foram principalmente produtos químicos orgânicos, açúcar, frutas e preparações de carne.

O Malta Freeport, em Marsaxlokk, é um grande porto de contêineres, mas funciona sobretudo como ponto de transbordo: a maior parte dos contêineres é transferida ali para outros navios rumo a portos do Mediterrâneo e da Europa. Ele também é zona franca; a mercadoria pode ficar armazenada até ser liberada para livre circulação.

Para empresas sul-americanas, os serviços pesam mais do que os bens. Malta concentra muitas operadoras de jogos online supervisionadas pela Malta Gaming Authority, além de bancos, instituições de pagamento e seguradoras supervisionados pela Malta Financial Services Authority (MFSA). Uma equipe de desenvolvimento em Montevidéu ou Medellín que atende esses clientes lida com contratantes obrigados a aplicar o direito da UE por inteiro.

O que vale em toda a UE e o que é maltês

Alfândega, regras de origem e legislação sobre produtos e alimentos são direito da UE; o básico está no [guia de exportação para a UE](#). Como o inglês é idioma oficial, rótulos e manuais em inglês costumam ser suficientes. Isso poupa custos de tradução.

A alíquota padrão do IVA é de 18 %, com alíquotas reduzidas de 7 % e 5 %, e uma alíquota intermediária de 12 % para alguns serviços. Para embalagens, vale desde 12/08/2026 o Regulamento (UE) 2025/40 sobre embalagens; o registro como produtor normalmente fica a cargo do seu importador.

NIS2 em Malta

Malta transpõe a [Diretiva NIS2](#) por meio de uma portaria ministerial: Measures for a High Common Level of Cybersecurity across the European Union (Malta) Order, Subsidiary Legislation 460.41, publicada como Legal Notice 71 of 2025. Todas as disposições valem desde 23/01/2026 (Legal Notice 22 of 2026). Uma alteração de 07/04/2026 (Legal Notice 89 of 2026) transferiu o CSIRT nacional para a Malta Information Technology Agency (MITA).

A autoridade supervisora é o Critical Infrastructure Protection Department, no Ministério do Interior. Para infraestrutura digital e prestadores de serviços digitais, a competência é da Malta Communications Authority. Prazos de notificação: alerta precoce em 24 horas, notificação em 72 horas e relatório final um mês depois. As entidades abrangidas se registram no CIP Department e informam, entre outros dados, suas faixas de IP e o CSIRT que monitora seus sistemas.

Malta exige mais do que a diretiva. As entidades abrangidas nomeiam um Security Liaison Officer, contratam serviços de monitoramento de um CSIRT, designam um auditor aprovado pelo CIP Department e precisam garantir registro de logs e rastreabilidade dos seus sistemas. Para bancos, seguradoras e instituições de pagamento, a regra principal é o [DORA](#), e não a NIS2.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Quem supervisiona o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é o Information and Data Protection Commissioner (IDPC). Regras complementares estão no Data Protection Act (Cap. 586). Se você trata, a partir da América do Sul, dados de clientes malteses, precisa de um contrato de tratamento de dados e, salvo em países com decisão de adequação como Brasil, Argentina ou Uruguai, de cláusulas contratuais padrão. A Argentina tem decisão de adequação desde 2003, o Uruguai desde 2012 e o Brasil desde janeiro de 2026.

Malta não tem lei própria de cadeia de suprimentos. A referência passa a ser a [CSDDD](#), a ser transposta até 26/07/2028; ela atinge apenas empresas muito grandes.

O que os clientes malteses costumam exigir

Empresas financeiras levam as exigências do DORA para o contrato: direitos de auditoria, prazos para notificar incidentes, planos de saída, regras para subcontratados. Essas cláusulas você pode mapear e documentar no [Sightadel](#), que traz o DORA como marco. Operadoras de jogos perguntam pela segurança dos dados de pagamento e de clientes, muitas vezes com referência à [ISO 27001](#). Em contratos maiores, um certificado ISO 27001 ou um relatório [SOC 2](#) costuma ser condição.

Conte também com a possibilidade de o cliente testar seus sistemas de fora e pedir testes de intrusão. Um fornecedor que apresenta resultados e correções costuma passar mais rápido pela avaliação. Uma verificação externa contínua, como a do [veyrisk](#), mostra esses resultados antes que o cliente os encontre.

Um bom ponto de partida para prestadores de serviços com clientes em Malta:

1. Pergunte ao seu cliente se ele está sujeito à NIS2 ou ao DORA. Disso dependem as cláusulas que ele vai apresentar.
2. Defina um prazo interno para comunicar incidentes de segurança bem abaixo de 24 horas e indique um contato disponível 24 horas por dia.
3. Tenha à mão uma lista atualizada dos seus subcontratados, com sede e tipo de dados a que têm acesso.
4. Avalie se um certificado ISO 27001 responde aos questionários dos clientes mais rápido do que cada resposta avulsa.

Para saber onde você está hoje, use o [Diagnóstico UE](#) gratuito.

Contatos

- The Malta Chamber of Commerce, Enterprise and Industry, em Valletta.
- Trade Malta, a agência de comércio exterior.
- O setor comercial da embaixada do seu país responsável por Malta; nem todo país tem representação própria em Valletta.
- A Enterprise Europe Network em Malta.
- A alfândega maltesa (Customs Department).

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/malta>

PAÍS DA UE · EUROPA OCIDENTAL

Países Baixos: o que os clientes holandeses esperam

Boa parte da mercadoria sul-americana entra na UE por Roterdã. Muitos clientes holandeses a revendem. Desde 15/08/2026 vale no país a lei da NIS2, a Cyberbeveiligingswet.

Os Países Baixos como mercado para a América do Sul

Roterdã é o maior porto marítimo da Europa. Café, cacau, suco de frutas, frutas frescas, farelo de soja e minérios da América do Sul são descarregados ali e seguem por barcaça, trem ou caminhão para a Alemanha, a Bélgica ou a Europa Central. Por isso, muitas empresas holandesas são tradings e operadores logísticos que revendem a sua mercadoria. O suco de São Paulo que chega a Roterdã pode terminar na gôndola de um supermercado alemão.

Isso tem duas consequências para você. O seu cliente holandês precisa atender às exigências dos próprios compradores e as repassa a você. E, como a mercadoria entra na UE por ali, o importador holandês muitas vezes é o primeiro a carregar as obrigações do [EUDR](#) ou do [CBAM](#).

Os Países Baixos também abrigam sedes europeias, data centers e fintechs. Software houses de Montevideu ou Medellín encontram ali clientes que negociam em inglês e decidem rápido.

O que é igual em toda a UE e o que vale nos Países Baixos

Alfândega e legislação de produtos são uniformes na UE; o básico está no [guia de exportação](#). Se a sua mercadoria é desembaraçada em Roterdã, valem as mesmas regras que em Hamburgo. A competência é da Douane, que faz parte da administração tributária Belastingdienst.

Idioma: para alimentos, o regulamento sobre informação ao consumidor (Regulamento (UE) n.º 1169/2011, art. 15) permite que os Estados-membros exijam o seu idioma oficial. Para mercadoria que chega ao varejo holandês, preveja um rótulo em neerlandês. Se a carga apenas passa pelo porto rumo a outro país, o rótulo segue as regras do país de destino.

IVA: a alíquota padrão é de 21 %.

Embalagens: a responsabilidade estendida do produtor fica a cargo da Verpact (antes Afvalfonds Verpakkingen). Quem coloca mais de 50.000 kg de embalagens por ano no mercado holandês, ou as descarta após a importação, precisa se registrar e pagar a Afvalbeheersbijdrage; para plásticos

descartáveis, a obrigação vale independentemente da quantidade. Na maioria dos casos, isso recai sobre o importador. Desde 12/08/2026 vale também o Regulamento (UE) 2025/40 sobre embalagens.

NIS2 nos Países Baixos

Os Países Baixos transpuseram a NIS2 com atraso. Por esse motivo, a Comissão processou o país no Tribunal de Justiça da UE em 08/07/2026. Pouco depois foi promulgada a Cyberbeveiligingswet (Cbw), Staatsblad 2026, 187, junto com o decreto regulamentador Cyberbeveiligingsbesluit (Staatsblad 2026, 189). Ambos valem desde 15/08/2026. Não há prazo geral de transição para as medidas de segurança nem para o dever de notificação.

O Nationaal Cyber Security Centrum (NCSC) é o CSIRT e mantém o registro; cadastro e notificações passam pelo portal MijnNCSC. A supervisão é dividida por setor, por exemplo a Rijksinspectie Digitale Infrastructuur (RDI) para infraestrutura digital e serviços de TIC, a NVWA para alimentos e o De Nederlandsche Bank para bancos.

Ponto importante para fornecedores: produção e comércio atacadista de alimentos estão entre os setores abrangidos. Um grande importador de frutas ou café pode, portanto, estar sujeito à Cbw e precisar comprovar a segurança da sua cadeia de suprimentos. Ele vai perguntar a você sobre acessos, interfaces e canais de notificação. Se você tem essas respostas documentadas em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), consegue entregá-las no mesmo dia. Mais em [NIS2](#).

A Cbw também responsabiliza a alta direção. Os membros da diretoria precisam fazer um treinamento, com prazo até 15/08/2028. Em entidades essenciais, a autoridade supervisora pode pedir à justiça a suspensão temporária de diretores. Por isso as diretorias holandesas levam a questão dos fornecedores a sério.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Autoriteit Persoonsgegevens (AP), em Haia. Além do [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#), vale a lei de execução Uitvoeringswet AVG. Se você trata dados por conta de um cliente holandês, vai receber um contrato de tratamento de dados nos termos do art. 28 do RGPD.

Os Países Baixos não têm uma lei geral de cadeia de suprimentos. A lei sobre o dever de diligência contra o trabalho infantil (Wet zorgplicht kinderarbeid) foi aprovada em 2019, mas nunca entrou em vigor. O governo aposta na [CSDDD](#) europeia. Mesmo assim, muitas tradings holandesas trabalham com códigos de conduta para fornecedores e acordos setoriais e perguntam sobre condições de trabalho e origem.

O que os clientes holandeses costumam exigir

No comércio de frutas e alimentos, são comuns certificações reconhecidas pela GFSI, como BRCGS, IFS ou FSSC 22000, além do GLOBALG.A.P. para produtos frescos. Qual certificação o seu cliente quer depende muitas vezes do comprador final, por exemplo uma rede de supermercados britânica ou alemã. Mais em [segurança de alimentos](#).

Para café, cacau e soja, os importadores pedem a documentação do EUDR: geolocalização das áreas e comprovação de produção legal e livre de desmatamento.

Clientes de TI perguntam pela [ISO 27001](#), pela localização dos dados e por notificação de incidentes em até 24 horas, para conseguirem cumprir o próprio prazo da Cbw. O [Sightadel](#) é desenvolvido e hospedado na Alemanha, de modo que também a sua documentação de compliance fica na UE.

Um bom ponto de partida para fornecedores de clientes holandeses:

1. Descubra se o seu cliente vende a mercadoria ele mesmo ou a repassa, e pergunte quais são as exigências do comprador final.
2. Organize certificados, relatórios de análise e documentos do EUDR de modo que possa entregá-los em um dia.
3. Combine um canal para notificar incidentes de segurança, com pessoa de contato e prazo.
4. Verifique quem, pelo contrato, cuida da declaração de embalagens e do rótulo.

Contatos

ÁREA	ÓRGÃO
Câmara bilateral	Dutcham, Câmara de Comércio Holandesa-Brasileira em São Paulo
Alfândega	Douane (Belastingdienst)
Cibersegurança	Nationaal Cyber Security Centrum (NCSC)
Proteção de dados	Autoriteit Persoonsgegevens
Embalagens	Verpact
Busca de parceiros	Enterprise Europe Network

Em países sem câmara própria, o primeiro contato é o setor comercial da embaixada dos Países Baixos. Dúvidas sobre a operação no porto costumam ser respondidas pelo seu agente de cargas ou pela autoridade portuária de Roterdã.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/paises-baixos>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Polônia: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Polônia produz muito para clientes na Alemanha e na Europa Ocidental. Quem fornece para empresas polonesas costuma entrar em cadeias de suprimentos cujas regras, no fim, são definidas por um grupo em Stuttgart ou Paris.

A Polônia como mercado para a América do Sul

A Polônia tem uma grande indústria de alimentos e carnes e muitos fornecedores das indústrias automotiva e moveleira. Da América do Sul chegam sobretudo insumos para ração, como farelo de soja, além de café, frutas, sucos e vinho. Prestadores de TI latino-americanos encontram clientes em software houses polonesas e em sedes de grupos que trabalham para contratantes da Europa Ocidental.

O principal porto é Gdańsk. Ele se apresenta como o maior porto de contêineres do Báltico; o terminal de contêineres se chama Baltic Hub. Há também Gdynia e Szczecin-Świnoujście. Se a sua carga vai direto para Gdańsk ou passa por um porto do Mar do Norte depende da linha marítima; pergunte ao seu agente de cargas.

O que é igual em toda a UE e o que é nacional

Alfândega e legislação de produtos são iguais em toda a UE. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada de forma provisória, também para entregas à Polônia. Os detalhes estão no [guia de exportação para a UE](#).

Idioma, IVA e embalagens são regulados no plano nacional. Pela lei polonesa do idioma, informações ao consumidor, rótulos e manuais precisam estar em polonês. A alíquota padrão do IVA é de 23 %.

Quem coloca mercadoria embalada no mercado polonês precisa se inscrever no registro BDO (Baza danych o produktach i opakowaniach oraz o gospodarce odpadami). O registro é mantido pelos marechais das voivodias, e a inscrição é feita online. Em geral, a obrigação recai sobre o seu importador. Mesmo assim, verifique quem, pelo contrato, é responsável. Desde 12/08/2026 vale também o Regulamento (UE) 2025/40 sobre embalagens.

NIS2 na Polônia

A Polônia transpõe a [Diretiva NIS2](#) por meio de uma reforma da lei já existente sobre o sistema nacional de cibersegurança (ustawa o krajowym systemie cyberbezpieczeństwa, ou KSC). A reforma de 23/01/2026 foi publicada no diário oficial em 02/03/2026 (Dz.U. 2026 poz. 252) e vale desde 03/04/2026.

A supervisão cabe aos ministérios setoriais, por exemplo o Ministério da Digitalização para serviços digitais, o ministro da Agricultura para alimentos e o ministro da Economia para a indústria de transformação. Incidentes são comunicados a um dos três CSIRT nacionais; para a maioria das empresas, o competente é o CSIRT NASK. O prazo para pedir a inscrição na lista de entidades essenciais e importantes foi até 03/10/2026.

Os prazos: alerta precoce em até 24 horas após a detecção, notificação em até 72 horas e relatório final após um mês. Entidades já existentes têm até 03/04/2027 para estruturar a gestão de segurança. Multas só podem ser aplicadas a partir de 03/04/2028, e então também pessoalmente contra a direção, até 300 % da sua remuneração.

Para você, como fornecedor, o que conta é o art. 8 da lei: ele exige um sistema de gestão de segurança da informação que inclua expressamente a cadeia de suprimentos. Os clientes poloneses estão montando isso até abril de 2027, e é nesse período que chegam os questionários. Quem já tem suas medidas organizadas pela NIS2 e pela ISO 27001, por exemplo no [Sightadel](#), responde a esses questionários sem começar do zero.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é o presidente do Escritório de Proteção de Dados Pessoais (Prezes UODO). Ele fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) na Polônia. Se você trata dados pessoais para um cliente polonês, precisa de um contrato de tratamento de dados e, quando os dados vão para um país sem decisão de adequação, de cláusulas contratuais padrão. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países, os dados podem fluir sem cláusulas contratuais padrão. Para Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não há decisão.

A Polônia não tem lei nacional de cadeia de suprimentos. Mas muitas empresas polonesas fornecem para clientes alemães que aplicam a lei alemã de diligência na cadeia de suprimentos (Lieferkettensorgfaltspflichtengesetz) e repassam essas exigências aos próprios fornecedores. No plano da UE, passa a valer a [CSDDD](#); para soja, café, carne bovina e madeira, o [EUDR](#).

O que os clientes poloneses costumam exigir

Na indústria de alimentos, uma certificação [IFS](#) ou [BRCGS](#) é comum, porque muitos fabricantes poloneses produzem para redes varejistas alemãs e francesas. Para insumos de ração como o farelo de soja, os compradores exigem GMP+ ou uma certificação equivalente para alimentação animal e, desde o EUDR, a geolocalização das áreas de cultivo.

Fornecedores da indústria automotiva costumam trabalhar para montadoras alemãs e precisam repassar as exigências delas. Quem fornece software, dados ou peças de protótipo nessa cadeia vai ouvir perguntas sobre [TISAX](#). Prestadores de TI recebem questionários com base na NIS2 e na [ISO 27001](#). Para as perguntas sobre vulnerabilidades em sistemas acessíveis pela internet, um relatório do [veyrisk](#) serve como comprovação.

Como proceder:

1. Pergunte ao seu cliente polonês se ele está inscrito na lista prevista na lei da KSC e até quando vai estruturar a gestão de segurança.
2. Defina quem fica inscrito no registro BDO antes da chegada da primeira carga.
3. Verifique se a sua mercadoria termina nas mãos de um grupo alemão e peça o código de conduta para fornecedores dele.
4. Entregue rótulos e manuais em polonês ou combine quem vai elaborá-los.

Contatos

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Polska Agencja Inwestycji i Handlu (PAIH), escritório comercial em São Paulo	promoção comercial da Polônia no Brasil
Krajowa Administracja Skarbowa (KAS)	administração tributária e aduaneira polonesa
CSIRT NASK	notificação de incidentes para a maioria das empresas
Registro BDO, gabinetes dos marechais	embalagens e resíduos
Enterprise Europe Network	busca de parceiros e orientação sobre o direito da UE

O setor comercial da embaixada do seu país em Varsóvia conhece importadores, feiras e licitações. Consulte esse setor antes de contratar consultoria.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/polonia>

PAÍS DA UE · SUL DA EUROPA

Portugal: o que os seus clientes esperam

Para empresas brasileiras, Portugal é o mercado da UE sem barreira de idioma. Desde abril de 2026 vale no país uma nova lei de cibersegurança com prazos próprios, que também chega aos fornecedores.

Portugal como mercado para a América do Sul

Segundo o Eurostat, Portugal importou em 2025 cerca de 3,4 bilhões de euros em mercadorias da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. Desse total, 2,7 bilhões de euros vieram do Brasil. As exportações portuguesas para esses países somaram 1,3 bilhão de euros, também com o Brasil bem à frente.

Cerca de metade das importações é petróleo bruto do Brasil (1,7 bilhão de euros). Em seguida vêm soja em grão e açúcar de cana do Brasil, aeronaves do Brasil, peixe e camarão do Equador, banana da Colômbia e carne bovina do Uruguai e da Argentina. O volume é menor do que o da Espanha ou da Itália. Em compensação, empresas brasileiras quase não precisam traduzir contratos, rótulos e manuais.

O maior porto de contêineres é Sines, com 1,9 milhão de TEU em 2024, seguido de Leixões, perto do Porto, e Lisboa (Eurostat).

O que vale em toda a UE e o que é português

Alfândega, regras de origem, marcação CE e legislação de alimentos são direito da UE e funcionam em Portugal como em qualquer outro lugar da União. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

Entre os temas regulados pela legislação portuguesa estão:

- **Idioma:** o Decreto-Lei 238/86 exige que informações sobre natureza, características e garantias de mercadorias em rótulos, embalagens, folhetos e manuais de instrução estejam em português. Contratos de venda no mercado interno, faturas e recibos também precisam ser redigidos em português; outros idiomas podem ser usados em paralelo. O português do Brasil costuma atender a essa exigência, mas alguns termos técnicos são diferentes.
- **Embalagens:** como todos os Estados da UE, Portugal tem um sistema de responsabilidade estendida do produtor para embalagens. O seu importador declara as quantidades e precisa de dados sobre material e peso. Desde 12/08/2026 vale também o Regulamento (UE) 2025/40 sobre embalagens.

- IVA: alíquota padrão de 23 % no continente, com alíquotas reduzidas de 13 % e 6 %. Madeira e Açores têm alíquotas próprias, mais baixas.

NIS2 em Portugal

Portugal transpôs a [Diretiva NIS2](#) com o Decreto-Lei 125/2025, de 04/12/2025. Ele contém o Regime Jurídico da Cibersegurança e vale desde 03/04/2026. A autoridade competente é o Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), e o CSIRT nacional é o CERT.PT. Para bancos, empresas de investimento e seguradoras, continuam competentes o Banco de Portugal, a CMVM e a ASF, e vale também o [DORA](#).

As regras de execução estão no Regulamento 756/2026 do CNCS, em vigor desde 23/06/2026. As entidades abrangidas tiveram de se identificar na plataforma MyCiber; segundo o CNCS, o prazo para entidades já existentes terminou em 15/09/2026. Incidentes significativos devem ser notificados em até 24 horas, com atualização em até 72 horas. Uma particularidade portuguesa: o fim do impacto é comunicado à parte, e o relatório final vem 30 dias úteis depois. Em caso de infração, entidades essenciais podem levar multas de até 10 milhões de euros ou 2 % do faturamento anual mundial, e entidades importantes de até 7 milhões de euros ou 1,4 %. Até 03/04/2027, as entidades podem pedir, de forma fundamentada, isenção de determinadas multas.

As obrigações de segurança da cadeia de suprimentos (art. 28 do Regime Jurídico) e outras medidas só valem 24 meses após a publicação do Regulamento do CNCS, ou seja, a partir de 22/06/2028. Mesmo assim, muitos clientes portugueses já estão perguntando, porque até lá precisam ter avaliado os seus fornecedores.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Em Portugal, quem fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Regras complementares estão na Lei 58/2019. Para prestadores de serviços brasileiros, a situação é confortável: em janeiro de 2026 a UE reconheceu que o Brasil tem nível adequado de proteção de dados, e com isso as cláusulas contratuais padrão deixam de ser necessárias. O seu cliente continua precisando de um contrato de tratamento de dados nos termos do art. 28 do RGPD.

Portugal não tem lei própria de cadeia de suprimentos. Quem fornece para uma empresa portuguesa do setor de alimentos ou têxtil deve, ainda assim, esperar perguntas sobre condições de trabalho e origem, porque grandes compradores na UE coletam esses dados dos seus fornecedores. A referência passa a ser a [CSDDD](#) europeia, a ser transposta até 26/07/2028.

O que os clientes portugueses costumam exigir

Varejistas e processadores de alimentos pedem uma certificação [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#). Para soja, carne bovina, café e madeira, exigem geolocalização e comprovações para o [EUDR](#). Clientes industriais costumam esperar a [ISO 9001](#).

Prestadores de TI brasileiros que trabalham para bancos, seguradoras ou distribuidoras de energia portuguesas recebem questionários de segurança baseados na NIS2 e no DORA. Um certificado [ISO 27001](#) responde a muitas dessas perguntas de uma vez. Se você vai buscar a certificação, o [Sightadel](#) reúne ISO 27001 e DORA na mesma plataforma, desenvolvida e hospedada na Alemanha. Conte também com um prazo contratual para notificar incidentes mais curto do que as 24 horas do seu cliente.

Contatos

- A Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil, em São Paulo, fundada em 1912, e as demais câmaras portuguesas de comércio no Brasil, reunidas em uma federação.
- A AICEP, agência pública portuguesa de comércio exterior e investimentos, com informações no portal Portugal Global.
- O setor comercial da embaixada do seu país em Lisboa.
- A Enterprise Europe Network em Portugal, para busca de parceiros e dúvidas sobre o direito da UE.
- A alfândega portuguesa: Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

Para mercadorias do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, valem desde 01/05/2026, de forma provisória, as reduções tarifárias do [acordo UE-Mercosul](#), desde que você comprove a origem.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/portugal>

PAÍS DA UE · SUDESTE DA EUROPA

Romênia: porta de entrada no Mar Negro

A Romênia tem em Constanța o maior porto do Mar Negro e uma única autoridade de cibersegurança para todos os setores. As regras da NIS2 valem desde o início de 2025 e já estão sendo aplicadas.

A Romênia como mercado para a América do Sul

A Romênia está entre os maiores mercados do leste da UE. A indústria vai da fabricação de veículos (Dacia em Mioveni, Ford em Craiova) à construção de máquinas e ao processamento de alimentos. Em Bucareste, Cluj-Napoca e Iași, muitas empresas de TI trabalham para clientes da Europa Ocidental. Para fornecedores sul-americanos há espaço para alimentos e produtos agrícolas, mas também para insumos industriais e software. Quais mercadorias a Romênia compra hoje do seu país você encontra na base de dados de comércio exterior do Eurostat (Comext).

O porto de Constanța é o maior do Mar Negro e tem terminais de contêineres. Parte da carga vinda de ultramar, porém, entra por portos da Europa Ocidental ou do Adriático e segue para a Romênia de caminhão ou trem. Qual rota sai mais barata depende do armador, da mercadoria e do destino final.

O que é igual em toda a UE e o que é regra nacional

Tarifas aduaneiras, regras de origem e normas de produto valem na Romênia como em qualquer outro país da UE. Os detalhes estão no guia [Exportar para a UE](#).

Fique atento a estes pontos nacionais:

- **Idioma:** rótulos, manuais e condições de garantia para o consumidor devem estar em romeno. Isso é definido pela legislação nacional de defesa do consumidor; o seu importador conhece os detalhes.
- **Embalagens:** para embalagens de bebidas existe um sistema de depósito (Sistemul de Garanție-Returnare, SGR), criado pela resolução do governo HG 1074/2021 e operado pela RetuRO. Fabricantes e comerciantes precisam se registrar; quem não faz isso corre o risco de levar multa.
- **Impostos:** a alíquota padrão do IVA é de 21 %. A moeda nacional é o leu (RON).
- **Autoridades:** a alfândega fica a cargo da Autoritatea Vamală Română.

No IVA há dois casos diferentes. Nas mercadorias, o importador paga o IVA de importação no desembaraço e depois o compensa como crédito. Já nos serviços prestados a empresas romenas,

como manutenção remota de equipamentos ou desenvolvimento de software, você emite a fatura sem imposto romeno, e o próprio cliente recolhe o tributo (art. 196 da Diretiva do IVA). Peça o número de identificação de IVA do cliente e confira no registro VIES da Comissão.

NIS2 na Romênia

A Romênia transpôs a [NIS2](#) por medida de urgência: a Ordonanța de urgență nr. 155/2024, publicada em 31/12/2024 no Monitorul Oficial. O Parlamento a confirmou com a Lei 124/2025 em julho de 2025 e acrescentou alguns pontos. A antiga lei da NIS1, a 362/2018, foi revogada.

A autoridade competente é o *Directoratul Național de Securitate Cibernetică* (DNSC). Ele supervisiona todos os setores, atua também como CSIRT nacional e mantém o registro das entidades essenciais e importantes. Alguns setores têm ainda autoridades próprias, como a ANCOM nas telecomunicações. As empresas abrangidas precisam se registrar no DNSC em até 30 dias. Na prática, isso só ficou possível com duas ordens do DNSC publicadas em 20/08/2025; o prazo para as empresas que já estavam abrangidas terminou. Uma particularidade: na Romênia, prestadores de serviços de segurança gerenciados de porte médio já contam como entidades essenciais.

Para você, como fornecedor, isso significa o seguinte: o seu cliente romeno precisa entregar ao DNSC uma avaliação de riscos e uma autoavaliação do seu nível de maturidade. Nesse processo ele também vai examinar os prestadores de serviço. Uma software house de Montevideú que trabalha para uma distribuidora de energia romena deve conseguir comprovar canais de notificação, controle de acessos e rotina de atualizações. Se o cliente também perguntar por vulnerabilidades nos sistemas acessíveis pela internet, um relatório do [veyrisk](#) responde a isso.

Prepare as respostas antes que o questionário chegue. Isso inclui uma pessoa de contato para incidentes de segurança, acessível também à noite e nos fins de semana, uma lista dos seus subcontratados e provedores de nuvem, comprovantes de backup e de atualizações e uma descrição curta de como você concede e revoga acessos. Ter esses documentos prontos em inglês economiza tempo em cada concorrência. Uma plataforma GRC como o [Sightadel](#) guarda esses documentos junto com as demais comprovações de NIS2 e ISO 27001, e você os atualiza em um lugar só.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Vale o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). A supervisão cabe à *Autoritatea Națională de Supraveghere a Prelucrării Datelor cu Caracter Personal* (ANSPDCP). Para tratar dados por conta de terceiros, você precisa de um contrato nos termos do art. 28 do RGPD; para transferências a um país sem decisão de adequação, de cláusulas contratuais padrão.

Não existe uma lei nacional de cadeia de suprimentos. As exigências chegam por meio de grupos internacionais e das regras da UE sobre a [CSDDD](#).

O que os clientes romenos costumam exigir

Muitos clientes industriais romenos pertencem a grupos da Europa Ocidental e adotam as regras de fornecedores da matriz: [ISO 9001](#) como base, IATF 16949 na indústria automotiva e, para quem fornece a montadoras alemãs, também [TISAX](#). Para prestadores de TI, a comprovação usual é a [ISO 27001](#), até porque os próprios clientes podem estar sujeitos à NIS2.

Redes varejistas e processadores de alimentos pedem certificados como IFS ou BRCGS ([segurança de alimentos](#)). Em produtos agrícolas como soja ou carne bovina, soma-se a diligência devida do [EUDR](#).

Contatos

- A Camera de Comerț și Industrie a României (CCIR) é a câmara de comércio nacional; a câmara de Bucareste (CCIB) já organizou, com a embaixada do Brasil, um fórum econômico romeno-brasileiro.
- As embaixadas da Romênia na América do Sul têm setores econômicos.
- A Enterprise Europe Network tem pontos de contato na Romênia.
- Para importação e tarifas, a responsável é a Autoritatea Vamală Română.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/romenia>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Eslováquia: terra de montadoras, com euro

A Eslováquia usa o euro, tem quatro grandes fábricas de automóveis e aplica a NIS2 desde janeiro de 2025. Para fornecedores sul-americanos, o interesse está sobretudo em fazer parte da cadeia de fornecimento europeia.

A Eslováquia como mercado para a América do Sul

A economia eslovaca é pequena, mas muito voltada para exportação e indústria. Volkswagen em Bratislava, Kia em Žilina, Stellantis em Trnava e Jaguar Land Rover em Nitra montam carros no país. Em volta dessas fábricas há centenas de fornecedores. Para empresas sul-americanas, isso abre espaço não só para produtos agrícolas tradicionais como café, frutas ou carne, mas também para matérias-primas, peças e serviços para a indústria. Quanto disso vem de fato do seu país, a base de dados de comércio exterior do Eurostat (Comext) mostra.

A Eslováquia não tem porto marítimo. Os contêineres de ultramar costumam chegar de trem a partir de portos do Mar do Norte ou do Adriático. O próprio porto de Hamburgo se apresenta como o principal ponto de transbordo do comércio exterior tcheco e eslovaco. O desembarço muitas vezes já acontece no porto de chegada; isso fica a cargo do seu importador ou agente de cargas.

O que é igual em toda a UE e o que é regra nacional

Tarifa aduaneira, regras de origem e normas de produto, como a marcação CE ou a legislação de alimentos, valem em toda a UE. O básico está no guia [Exportar para a UE](#).

As diferenças aparecem nos detalhes:

- **Idioma:** conte com a exigência de rótulos, manuais e condições de garantia para o consumidor em eslovaco. A nova lei de defesa do consumidor (zákon č. 108/2024 Z. z.) vale desde 01/07/2024. Um texto em tcheco costuma ser entendido no comércio, mas não substitui as obrigações do seu revendedor.
- **Embalagens:** desde 2022 existe um sistema de depósito para embalagens descartáveis de bebidas, previsto na Lei 302/2019 Z. z. Quem fornece bebidas em garrafas ou latas precisa se acertar com o administrador do sistema. Para outras embalagens valem as obrigações do produtor previstas na lei de resíduos.

- Impostos: a alíquota padrão do IVA é de 23 %. A Eslováquia usa o euro, o que simplifica o faturamento.
- Autoridades: a alfândega faz parte da administração financeira (Finančná správa Slovenskej republiky).

Sobre o IVA, duas observações práticas. Na importação de mercadorias, o importador paga o IVA de importação na alfândega e depois o compensa como crédito. Se você vende serviços a uma empresa eslovaca, por exemplo desenvolvimento de software a partir de Rosario, emite a fatura sem IVA eslovaco, e o cliente recolhe o imposto por conta própria (inversão do sujeito passivo, art. 196 da Diretiva do IVA). Cuide para que o número de identificação de IVA do cliente conste na fatura.

NIS2 na Eslováquia

A Eslováquia não criou uma lei nova para a [NIS2](#). Ela adaptou a lei de cibersegurança que já existia (zákon č. 69/2018 Z. z.) por meio da emenda 366/2024 Z. z. Essa versão vale desde 01/01/2025. A autoridade competente é o Národný bezpečnostný úrad (NBÚ), e o CSIRT nacional é o SK-CERT, uma unidade do NBÚ. Registro e notificações passam por um sistema de informação central (JISKB).

A lei fala em operadores de serviços essenciais e, num nível acima, em operadores de serviços essenciais críticos. Quem se enquadra em um dos setores abrangidos precisa se registrar no NBÚ em até 60 dias após o início da atividade. Os detalhes sobre medidas de segurança e notificações estão em dois regulamentos do NBÚ (226/2025 e 227/2025 Z. z.), em vigor desde 01/09/2025.

Para você, como fornecedor, o que pesa é a cadeia de suprimentos. O seu cliente eslovaco precisa avaliar os riscos dos prestadores de serviço e vai exigir que você notifique incidentes rápido, proteja os acessos e corrija vulnerabilidades. Para mostrar que você encontra e corrige vulnerabilidades, um relatório do [veyrisk](#) sobre a sua superfície de ataque externa é uma comprovação direta. A diretiva prevê para o cliente um alerta inicial em até 24 horas; por isso o seu contrato muitas vezes traz um prazo ainda menor.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Vale o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#). A autoridade de supervisão é o Úrad na ochranu osobných údajov Slovenskej republiky, em Bratislava. Se você trata dados por conta de um cliente eslovaco, precisa de um contrato nos termos do art. 28 do RGPD e, para transferências a um país sem decisão de adequação, de cláusulas contratuais padrão.

Não existe uma lei nacional de cadeia de suprimentos. As grandes montadoras, no entanto, têm códigos de conduta próprios para fornecedores e os impõem por contrato. As regras da UE sobre o

tema estão na página da [CSDDD](#).

O que os clientes eslovacos costumam exigir

Na indústria automotiva, o [TISAX](#) é comum para segurança da informação, principalmente entre fornecedores de montadoras alemãs. Na garantia da qualidade entra a IATF 16949, construída sobre a [ISO 9001](#). Uma software house de Medellín que analisa dados para uma fábrica em Žilina deve contar com perguntas sobre [ISO 27001](#) ou TISAX.

Varejistas e processadores de alimentos costumam pedir certificados como IFS ou BRCGS ([segurança de alimentos](#)). Muitas vezes essas exigências vêm da matriz do grupo na Alemanha, na Áustria ou na França.

Contatos

- A SARIO, agência eslovaca de investimentos e comércio, trabalha com a embaixada da Eslováquia no Brasil e com a ApexBrasil e organiza eventos sobre negócios com a América do Sul.
- A Slovenská obchodná a priemyselná komora (SOPK) é a câmara de comércio nacional.
- A Enterprise Europe Network tem pontos de contato na Eslováquia e ajuda na busca de parceiros.
- Para importação e tarifas, a responsável é a Finančná správa.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/eslovaquia>

PAÍS DA UE · EUROPA CENTRAL

Eslovênia: o que os seus clientes esperam

A Eslovênia é um país pequeno com um porto grande. Por Koper entra farelo de soja do Brasil, e a lei eslovena da NIS2 dá às empresas um prazo que termina em dezembro de 2026.

A Eslovênia como mercado para a América do Sul

Segundo o Eurostat, a Eslovênia importou em 2025 cerca de 570 milhões de euros em mercadorias da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. Quase tudo veio do Brasil (466 milhões de euros). As exportações para a região ficaram em torno de 140 milhões de euros, mais da metade com destino ao Brasil.

Mais da metade das importações é farelo de soja brasileiro (311 milhões de euros). Depois vêm café do Brasil e da Colômbia, bananas do Equador e da Colômbia e celulose do Brasil, do Chile e do Uruguai. Soja, café e celulose estão sujeitos ao [EUDR](#); o seu comprador esloveno precisa, para isso, dos dados de geolocalização das áreas de cultivo.

O porto de Koper, no Adriático, movimentou em 2024 cerca de 1,1 milhão de TEU (Eurostat). Os números de importação dependem, portanto, também de onde a mercadoria é colocada em livre prática; nem toda carga desembarcada em Koper fica na Eslovênia.

O que vale em toda a UE e o que é esloveno

Alfândega, regras de origem, legislação de produtos e de alimentos são direito da UE; o básico está no [guia de exportação para a UE](#). Entre os pontos regulados no plano nacional estão:

- Idioma: a lei de defesa do consumidor ZVPot-1 (Uradni list RS, nº 130/2022) exige que as informações ao consumidor estejam em um idioma compreensível na Eslovênia. Manuais de uso de produtos vendidos no país devem estar inteiramente em esloveno (art. 10). Nos municípios das comunidades italiana e húngara, italiano e húngaro também são idiomas oficiais; para vender no país inteiro, o padrão continua sendo o esloveno.
- Embalagens: desde 12/08/2026 vale o regulamento da UE sobre embalagens (UE) 2025/40; as obrigações de produtor costumam recair sobre o importador.
- IVA: alíquota padrão de 22 %, reduzidas de 9,5 % e 5 %.

NIS2 na Eslovênia

A Eslovênia transpõe a [Diretiva NIS2](#) com a lei de segurança da informação (Zakon o informacijski varnosti, ZInfV-1, Uradni list RS, nº 40/2025), em vigor desde 19/06/2025. A autoridade competente é o Escritório do Governo para Segurança da Informação (URSIV). Empresas notificam incidentes ao SI-CERT; órgãos públicos, ao SIGOV-CERT. Uma plataforma digital de notificação estava prevista para junho de 2026, mas, segundo as orientações do URSIV de junho de 2026, as notificações continuam sendo feitas por e-mail.

O prazo para o autorregistro terminou em 19/12/2025. A maioria das entidades precisa ter implementado as medidas de segurança dos arts. 21 e 22 até 19/12/2026. A lei lista 17 medidas mínimas, entre elas a segurança da cadeia de suprimentos, e exige registros de log com conteúdo mínimo definido e horário sincronizado, guardados por pelo menos seis meses. Prazos de notificação: alerta inicial em 24 horas, notificação em 72 horas e relatório final um mês depois.

Depois disso vêm verificações periódicas. Entidades essenciais mandam avaliar a implementação pelo menos a cada dois anos, por um auditor ou pela auditoria interna; entidades importantes fazem uma autoavaliação no mesmo intervalo e apresentam uma declaração. Para o treinamento dos responsáveis existe, desde outubro de 2025, um regulamento do governo específico (Uradni list RS, nº 78/2025).

Em agosto de 2026, o URSIV publicou recomendações sobre a gestão de riscos na cadeia de suprimentos. Os clientes eslovenos estão correndo para cumprir o prazo de 19/12/2026 e, por isso, estão enviando questionários aos fornecedores agora. Se você guarda suas políticas e evidências em uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), responde a esses questionários mais rápido.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

Quem fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é o Informacijski pooblaščenec, o Comissário de Informação da República da Eslovênia. Regras complementares estão na lei de proteção de dados ZVOP-2 (Uradni list RS, nº 163/2022).

A Eslovênia não tem uma lei própria de cadeia de suprimentos. A referência passa a ser a [CSDDD](#), que deve ser transposta até 26/07/2028.

O que os clientes eslovenos costumam exigir

Fabricantes de ração e de alimentos perguntam por rastreabilidade, análises e um certificado [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#); no caso da soja brasileira, também pelas comprovações do EUDR.

Quem presta serviços de engenharia ou TI para fornecedores eslovenos de montadoras alemãs costuma ouvir perguntas sobre [TISAX](#). Para os demais serviços de TI, a comprovação usual é a [ISO 27001](#); para clientes industriais, a [ISO 9001](#).

Um bom ponto de partida se você tem clientes na Eslovênia:

1. Pergunte ao cliente se ele está sujeito à ZInFV-1 e o que vai exigir dos fornecedores até dezembro de 2026.
2. Responda aos questionários com evidências: políticas, registros de log, resultados de testes.
3. Para soja, café e celulose, reúna os dados de geolocalização das suas áreas antes que o comprador os peça.
4. Mande traduzir rótulos e manuais com antecedência se a sua mercadoria for vendida ao consumidor.

Onde você está hoje, o [Diagnóstico UE](#) gratuito mostra.

Contatos

- A Gospodarska zbornica Slovenije (GZS), a câmara de comércio da Eslovênia, em Liubliana.
- A SPIRIT Slovenija, agência estatal de empreendedorismo, internacionalização e investimentos.
- O setor comercial da embaixada do seu país responsável pela Eslovênia.
- A Enterprise Europe Network na Eslovênia.
- A alfândega eslovena, parte da administração financeira (Finančna uprava Republike Slovenije, FURS).

Para mercadorias do Mercosul, o [acordo UE-Mercosul](#) é aplicado provisoriamente desde 01/05/2026.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/eslovenia>

PAÍS DA UE · SUL DA EUROPA

Espanha: o que os seus clientes esperam

Idioma próximo, rotas comerciais antigas e muitos voos diretos: para exportadores sul-americanos, a Espanha costuma ser o primeiro mercado na UE. Juridicamente valem ali as mesmas regras da UE que em Hamburgo ou Milão, com algumas particularidades espanholas.

A Espanha como mercado para a América do Sul

Segundo o Eurostat, a Espanha importou em 2025 cerca de 16,2 bilhões de euros em mercadorias da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. O maior fornecedor foi o Brasil, com 8,2 bilhões de euros, seguido do Peru, com 2,7 bilhões, e do Chile, com 1,9 bilhão. No sentido contrário seguiram mercadorias no valor de 9,4 bilhões de euros.

A pauta é puxada por matérias-primas. O petróleo bruto do Brasil lidera com 3,7 bilhões de euros, seguido de minérios de cobre do Peru, do Brasil e do Chile (2,3 bilhões). Depois vêm produtos em que contam a legislação de alimentos e as regras de cadeia de suprimentos: farelo de soja do Brasil e da Argentina (quase 1 bilhão), soja em grão do Brasil, camarão do Equador e da Argentina, atum em conserva do Equador, abacate e manga sobretudo do Peru, café do Brasil e da Colômbia e cobre refinado do Chile. Quem fornece café de Huila ou soja do Paraná para a Espanha esbarra cedo, portanto, no [EUDR](#).

Os maiores portos de contêineres do país são Valência e Algeciras, com cerca de 5,4 milhões de TEU cada em 2024, e depois Barcelona, com 3,9 milhões de TEU (Eurostat). Qual porto sai mais barato para a sua carga depende do armador e da região de destino.

O que vale em toda a UE e o que é espanhol

Alfândega, tarifa aduaneira, regras de origem e legislação de produtos são iguais em toda a UE. Uma declaração aduaneira em Algeciras segue as mesmas regras que em Roterdã. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

No plano nacional, os pontos principais são estes:

- Idioma: as informações obrigatórias nos rótulos de alimentos devem estar pelo menos em espanhol (art. 18 do Real Decreto 1334/1999). Para quem já produz em países de língua espanhola, isso costuma ser simples; mesmo assim, confira termos regionais como “palta” em vez de “aguacate”. Exportadores brasileiros precisam de uma versão completa em espanhol.

- Embalagens: o Real Decreto 1055/2022 exige que fabricantes e quem coloca pela primeira vez no mercado produtos embalados se inscrevam no Registro de Productores de Producto (seção de embalagens) do Ministério do Meio Ambiente, o MITECO, e façam declarações anuais. Na mercadoria importada, essa obrigação costuma ser do seu importador espanhol, mas ele vai pedir a você dados sobre o material e o peso das embalagens. Desde 12/08/2026 vale também o regulamento da UE sobre embalagens (UE) 2025/40.
- IVA: alíquota padrão de 21 %, reduzidas de 10 % e 4 %. As Ilhas Canárias fazem parte do território aduaneiro da UE, mas não do território do IVA; lá vale um imposto próprio, o IGIC.

NIS2 na Espanha

A Espanha ainda não transpôs a [Diretiva NIS2](#). Em 14/01/2025, o Conselho de Ministros aprovou o anteprojeto de uma lei de coordenação e governança da cibersegurança (Anteproyecto de Ley de Coordinación y Gobernanza de la Ciberseguridad). Até outubro de 2026, nenhuma lei foi publicada no diário oficial BOE. Por isso, em 08/07/2026 a Comissão Europeia levou a Espanha ao Tribunal de Justiça da UE e pediu sanções financeiras.

Até lá vale a transposição da antiga Diretiva NIS, o Real Decreto-ley 12/2018 com o Real Decreto 43/2021. As empresas notificam ao INCIBE-CERT; o setor público, ao CCN-CERT. Para órgãos públicos e seus prestadores de serviço vale ainda o Esquema Nacional de Seguridad (ENS, Real Decreto 311/2022).

Para fornecedores, o atraso muda pouco. Grandes clientes espanhóis de energia, bancos ou telecomunicações já se preparam para a NIS2 há tempos e colocam nos contratos prazos de notificação, direitos de auditoria e medidas de segurança. Quando a lei sair, conte com prazos de transição curtos.

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de supervisão do [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) é a Agencia Española de Protección de Datos (AEPD). Complementa o regulamento a Ley Orgánica 3/2018 (LOPDGDD), que define, entre outras coisas, quais organizações precisam nomear um encarregado de proteção de dados. A AEPD aplica multas com frequência e publica suas decisões.

A Espanha não aprovou uma lei de cadeia de suprimentos própria, como a LkSG alemã. A referência passa a ser a [CSDDD](#) europeia, que a Espanha precisa transpor até 26/07/2028. Mesmo assim, muitos grupos espanhóis já perguntam hoje sobre direitos humanos, condições de trabalho e dados ambientais, porque eles próprios têm obrigação de reportar.

O que os clientes espanhóis costumam exigir

No varejo de alimentos, é comum pedir um certificado [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#); em pescados e frutas entram ainda rastreabilidade e análises de resíduos. Prestadores de software e TI que trabalham para órgãos públicos espanhóis ou para seus contratados recebem perguntas sobre conformidade com o ENS; no setor privado, a [ISO 27001](#) é a resposta usual aos questionários de segurança. Para preparar esse ISMS, você pode usar uma plataforma GRC como o [Sightadel](#), que também está disponível em espanhol.

Na indústria automotiva, muitas fábricas trabalham para grupos alemães. Ali, prestadores de engenharia e TI costumam ter que apresentar [TISAX](#). Empresas espanholas também têm, com frequência, programas de compliance com base no art. 31 bis do Código Penal e pedem que os fornecedores assinem um código de conduta.

Contatos

- As Cámaras Oficiales de Comercio de España en el Exterior: 44 câmaras de comércio espanholas em 42 países, reunidas nas Américas na federação FECECA. Existem, entre outros, no Peru, no Equador e na Bolívia. A rede é coordenada pela Cámara de Comercio de España, em Madri.
- O setor comercial da embaixada do seu país em Madri, que faz a ponte com importadores e feiras.
- A Enterprise Europe Network, com parceiros em todas as regiões espanholas, para pedidos de cooperação e dúvidas sobre o direito da UE.
- A alfândega espanhola: Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales da agência tributária AEAT.

Para mercadorias da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, vale a pena olhar o [acordo UE-Mercosul](#), cuja parte comercial é aplicada provisoriamente desde 01/05/2026.

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/espanha>

PAÍS DA UE · NORTE DA EUROPA

Suécia: o que os clientes esperam dos fornecedores

A Suécia transpôs a NIS2 com atraso, mas com regras bem detalhadas. Desde 1º de outubro de 2026, empresas suecas precisam avaliar seus fornecedores segundo critérios fixos, e você vai sentir isso no próximo contrato.

A Suécia como mercado para a América do Sul

A ligação da Suécia com a América do Sul passa sobretudo pelo Brasil. Muitas indústrias suecas têm fábricas próprias no país, e a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, em São Paulo, reúne essas empresas. Quem fornece para elas muitas vezes já tem um pé dentro da matriz na Suécia. No sentido inverso, seguem para a Suécia café, frutas, vinho e matérias-primas agrícolas, além de software e serviços de TI.

O porto mais importante é Gotemburgo. Segundo o próprio porto, é o maior porto de contêineres da Escandinávia e movimenta cerca de 57 % do comércio sueco em contêineres, algo como 934.000 contêineres em 2025. O porto não informa linhas diretas para a América do Sul; a carga que sai de Santos ou de San Antonio normalmente passa por um grande porto de transbordo na Europa e segue para Gotemburgo em navio alimentador.

O que é igual em toda a UE e o que é regra nacional

Alfândega e legislação de produtos são uniformes em toda a UE. Se o seu café de Huila é desembaraçado em Gotemburgo ou em Hamburgo, a alíquota do imposto de importação é a mesma. Desde 01/05/2026, a parte comercial do [acordo UE-Mercosul](#) é aplicada provisoriamente. O básico está no [guia de exportação para a UE](#).

Ficam a cargo de cada país o idioma dos rótulos e manuais para o consumidor (sueco), a alíquota do IVA (padrão de 25 %) e a responsabilidade do produtor pelas embalagens. Com o Regulamento (UE) 2025/40 sobre embalagens, a Suécia aplica desde 12/08/2026 uma responsabilidade estendida do produtor. As empresas afetadas precisam se cadastrar no Naturvårdsverket e contratar uma organização autorizada; hoje são autorizadas a Näringslivets Producentansvar e a TMResponsibility. A primeira declaração de volumes vence em 31/03/2027. Quem é considerado produtor na sua cadeia depende de quem coloca a mercadoria no mercado sueco. Combine isso com o seu importador.

A NIS2 na Suécia

A lei de transposição se chama Cybersäkerhetslag (2025:1506). Está em vigor desde 15/01/2026 e substituiu a antiga lei NIS de 2018. Desde 01/07/2026, o Centro Nacional de Cibersegurança (NCSC), ligado à Försvarets radioanstalt (FRA), é o ponto de contato central e o CSIRT, com o CERT-SE recebendo as notificações. Antes, a competência era da Myndigheten för civilt försvar. A supervisão cabe a órgãos setoriais, como a Livsmedelsverket para alimentos e água potável, a Post- och telestyrelsen para serviços digitais e a Finansinspektionen para bancos.

Para fornecedores, o que pesa são as normas administrativas MCFFS 2026:11, em vigor desde 01/10/2026. Elas exigem de forma expressa que as empresas imponham requisitos de segurança aos fornecedores e citam as ISO/IEC 27001 e 27002 como referência. Contratos fechados antes de 1º de outubro devem ser complementados sempre que possível. Conte, portanto, com aditivos aos contratos em andamento.

Os prazos de notificação seguem a diretiva: alerta inicial em 24 horas, notificação em 72 horas e relatório final após um mês. Pela MCFFS 2026:8, os prazos começam a correr no momento em que o incidente é classificado como significativo. Mais sobre a diretiva na página da [NIS2](#).

Proteção de dados e cadeia de suprimentos

A autoridade de proteção de dados é a Integritetsskyddsmyndigheten (IMY). Ela fiscaliza o [RGPD \(Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados\)](#) e também recebe notificações de violações de dados que ao mesmo tempo são incidentes cibernéticos. Para você vale o de sempre: contrato de tratamento de dados quando você trata dados por conta do cliente, e cláusulas contratuais padrão para fluxos de dados rumo a um país sem decisão de adequação. A UE adotou decisões de adequação para Argentina, Brasil e Uruguai; para esses países os dados podem ir sem cláusulas contratuais padrão. Chile, Colômbia, Peru, Equador, Paraguai e Bolívia não têm decisão.

A Suécia não tem uma lei nacional de cadeia de suprimentos. Os grandes grupos suecos reportam pela CSRD e estão se preparando para a [CSDDD](#). Na prática, você recebe códigos de conduta para fornecedores e questionários sobre condições de trabalho, meio ambiente e corrupção.

O que os clientes suecos costumam exigir

Compradores suecos são minuciosos e trabalham com avaliações de fornecedores bem definidas. No varejo de alimentos, uma certificação reconhecida pela GFSI, como [IFS](#), [BRCGS](#) ou [FSSC 22000](#), é a regra, muitas vezes acompanhada de uma auditoria social. Para madeira, café, cacau, soja e carne bovina, entra ainda o [EUDR](#).

Quem fornece software ou operação de TI é avaliado pelas novas normas: acesso com múltiplos fatores, registro de logs, backup, canais de notificação. Um certificado [ISO 27001](#) cobre muitas dessas perguntas, porque a própria autoridade sueca se baseia nessa norma. Para montar e manter esse ISMS, há plataformas GRC como o [Sightadel](#), desenvolvido e hospedado na Alemanha. Seu cliente também vai verificar o que a sua empresa expõe na internet; uma ferramenta como o [veyrisk](#) mostra isso a você antes.

Como proceder:

1. Revise os contratos em andamento com clientes suecos: por causa da MCFFS 2026:11, aditivos são prováveis.
2. Responda às perguntas sobre login com múltiplos fatores, registro de logs e backup com evidências, como políticas, trechos de configuração ou relatórios de auditoria.
3. Defina com o seu importador quem é considerado produtor de embalagens desde agosto de 2026.
4. Mantenha seus certificados em dia, porque compradores suecos conferem a validade e o escopo.

Contatos

ÓRGÃO	PARA QUÊ
Swedcham Brasil (Câmara de Comércio Sueco-Brasileira), São Paulo	rede de empresas suecas no Brasil
Team Sweden Brazil: Embaixada em Brasília, Business Sweden São Paulo	promoção comercial da Suécia
ProChile, escritório de Estocolmo	para exportadores chilenos, responsável pelos países nórdicos e bálticos
Tullverket	autoridade aduaneira sueca
Naturvårdsverket	cadastro da responsabilidade do produtor
Enterprise Europe Network	busca de parceiros e orientação sobre o direito da UE

<https://www.mercoeu.com/pt/paises-da-ue/suecia>